Tribuna da Luta Operária

ANO IV Nº 133 DE 29 DE AGOSTO A 5 DE SETEMBRO DE 1983

Cr$ 100,00

Ulysses Guimarães exige: Eleição direta contra governo cego e incapaz

Quarta-feira, da tribuna da Câmara Federal, o presidente do PMDB assumiu o compromisso de levar até o fim a luta pela eleição direta para presidente e pela Constituinte, sem transigir com o governo militar. "Não subo a rampa do poder" — declarou Ulysses Guimarães, que defendeu o rompimento com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida.

Pág. 3

Foto: Júlio Bernardes

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB: "Só a eleição direta leva à legitimidade".

Onze invasões e saques de cidades cearenses em dez dias. Motivo: falta de comida

As dramáticas cenas desta seca no Ceará

Mortos pela fome, canibalismo e o clamor pela reforma agrária. página 8

EDITORIAL

Uma batalha vital

Está na ordem do dia a batalha para derrotar o decreto-lei 2.045, do arrocho salarial. O que encontra-se em jogo é o destino de milhões de brasileiros que vivem de vender a sua força de trabalho. Para os trabalhadores é a batalha contra a fome e a miséria que o FMI lhes impõe.

Todos os partidos de oposição — inclusive o PTB — firmaram um pacto político para votar contra o decreto no parlamento. Um grupo de empresários, como Antonio Ermírio de Morais, Olavo Setúbal, Severo Gomes e outros, foi ao Palácio do Planalto manifestar a Aureliano Chaves a sua desaprovação a este instrumento de achatamento dos salários.

Mas, surpreendentemente, os principais interessados na liquidação deste famigerado decreto ainda não encontraram uma forma eficaz de se pronunciar pela sua derrota. Nas últimas reuniões do movimento sindical em plano nacional, o que se assiste é ao imobilismo em relação ao encaminhamento desta e outras lutas essenciais. Em vez de aglutinar suas forças em torno dos interesses vitais da classe operária, o sindicalismo se debate em disputas de grupos em busca da hegemonia.

É uma divisão de cúpula, artificial, que não tem correspondência nas bases. Os operários não estão divididos em relação à ofensiva patronal contra seus salários e muito menos em relação ao avassalamento do país pelo FMI em nome do capital financeiro internacional. Os trabalhadores só têm a perder se enfrentarem este rolo compressor do capital separados em facções, cada uma puxando para um lado. O grande anseio das massas é reunir seus representantes em um grande Congresso Nacional dos Trabalhadores, traçar uma linha unitária de combate e marchar para a formação de uma Central Única dos Trabalhadores que dirija a luta.

De imediato urge organizar a pressão para garantir que os parlamentares de oposição cumpram a promessa de derrotar o 2.045 no Congresso. A experiência já demonstrou que promessas não resolvem — é preciso encontrar formas concretas para que elas sejam transformadas em atos.

É ilusão confiar apenas na ação parlamentar. São grandes as pressões dos poderosos. E conhecidas as vacilações de certos oposicionistas. Se não se conseguir organizar um amplo e vigoroso movimento de massas em plano nacional e enviar uma grande caravana a Brasília no dia da votação, é de se prever que alguns deputados virem as costas ao povo e ajudem o PDS a aprovar o projeto. Mais do que isto, se além destas formas elementares de pressão os trabalhadores não forem capazes de construir a alternativa de ações de massas mais vigorosas, é ilusão pensar que o parlamento vá ter fôlego para defender seus direitos.

Nesta situação gravíssima, sindicalistas do PT saem para um lado esbravejando — insuflados por dólares da Anampos — e pelegos vão para outro, contando os cruzeiros do Ministério do Trabalho!

Pode ser enfadonho tratar disto em páginas e páginas do jornal a cada semana. Mas os leitores compreenderão que nenhum operário, nenhum trabalhador do campo ou da cidade pode permanecer alheio a este crime contra seus interesses mais elementares. E nem omitir-se na condenação do divisionismo das direções sindicais que tratam primeiro dos *seus* próprios interesses de grupo, dos *seus* postos de direção, e por isto mesmo de fazer o *seu* Congresso.

Cada corrente tem o direito de lutar por suas opiniões. Mas isto não justifica rachar as entidades de massas e as articulações intersindicais. Nem muito menos boicotar a ação unitária das massas. Independente das diferenças de opinião, é indispensável hoje defender a unidade contra o FMI e o decreto 2.045, contra o desemprego, contra a intervenção nos sindicatos e contra o regime militar.

Oposição se une para por abaixo o 2045

Os quatro partidos decidem derrubar o decreto, mas a pressão do povo será decisiva para garantir. Pág. 3

PC do Brasil faz apelo à unidade dos sindicatos

A posição dos comunistas na página 4

Nicarágua não aceita ser satélite

Cardenal repele tutela das superpotências. Página 2

Mussum é o herdeiro dos Trapalhões

A previsão é do humorista Henfil. Veja na pág. 7

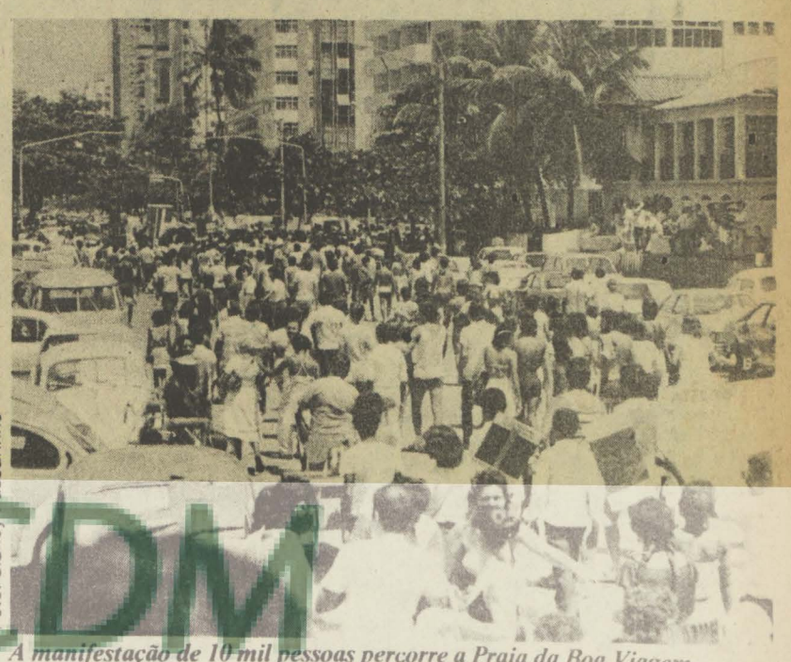


Foto: Sidney Passarinho

A manifestação de 10 mil pessoas percorre a Praia da Boa Viagem

Passeata contra o lixo dos usineiros no Recife

O povo revoltado com a poluição dos barões do açúcar. Pág. 4

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Brasil e América Latina na mira da social-democracia

No último fim de semana realizou-se no Rio de Janeiro uma reunião do Comitê da Internacional Socialista para a América Latina e o Caribe. Organizada pelo PDT, a reunião teve a participação de representantes do PT, PMDB, e mesmo do PDS, na solenidade de abertura. Partidos sociais-democratas de vários países estiveram presentes.

O evento marca uma ousada ofensiva do imperialismo europeu em nosso continente, visando disputar a hegemonia norte-americana e se consolidar como alternativa "responsável" às perspectivas anti-imperialistas revolucionárias. Isso ficou claro pelo próprio temário, que incluiu a discussão do "Significado do Socialismo Democrático na América Latina e Caribe" e o "Papel da Europa na Crise Mundial Tendo em Vista Uma Alternativa Socialista e Democrática".

Leonel Brizola abre o encontro da Internacional Socialista, patrocinado pelo PDT no Rio

DECLARAÇÃO INÓCUA

A inócua "Declaração do Rio de Janeiro", aprovada na reunião, não deixa dúvidas em relação à natureza do "socialismo" defendido pelo PDT e seus partidos irmãos: "Uma política de pleno emprego baseada na planificação racional da formação e utilização de nossos recursos humanos". Em relação ao capital imperialista e às multinacionais, o documento se limita a reivindicar uma "nova ordem econômica" que garanta "a regulamentação das empresas transnacionais".

A social-democracia vem dedicando um especial interesse pela América Latina desde 1976. A "abertura socialista" para o nosso continente foi o tema principal do 13º Congresso da Internacional Socialista, realizado nesse ano. Na ocasião um de seus principais dirigentes, o alemão Willi Brandt, defendeu com ênfase esta perspectiva. O pano de fundo de todo este interesse é o papel crescente que o grande capital europeu vem assumindo nas economias latino-americanas. De 1953 a 1976 a diferença do comércio global da América Latina com os EUA de um lado, e a Europa de outro, baixou de 17% para 9%!

JOGO COM OS REFORMISTAS

O capital europeu busca aumentar sua influência na Latino-América jogando com forças civis reformistas ou conservadoras, que tentam diversificar suas fontes de financiamento e seus parceiros comerciais para garantir uma certa independência em relação aos EUA. Assim, a social-democracia européia elaborou uma estratégia de expansão no nosso continente com dois aspectos centrais: A aproximação com forças políticas moderadas tradicionais, como os herdeiros do trabalhismo no Brasil; e a cooptação individual para a social-democracia de lideranças sindicais e políticas.

Para isto a Internacional Socialista dispõe de poderosos instrumentos. Um destes é o abrigo de asilados latino-americanos que buscam refúgio na Europa. Em 1980, mais de 400 refugiados da América do Sul contavam com bolsas do Fundo Internacional de Intercâmbio Universitário (FIIU), que tem sede em Genebra. O grosso do financiamento do FIIU provém de governos sociais-democratas europeus. Muitos destes asilados latino-americanos foram convencidos de que, filiados à Internacional Socialista, poderiam voltar aos seus países para fazer política de oposição, mas protegidos por uma "legitimidade ocidental".

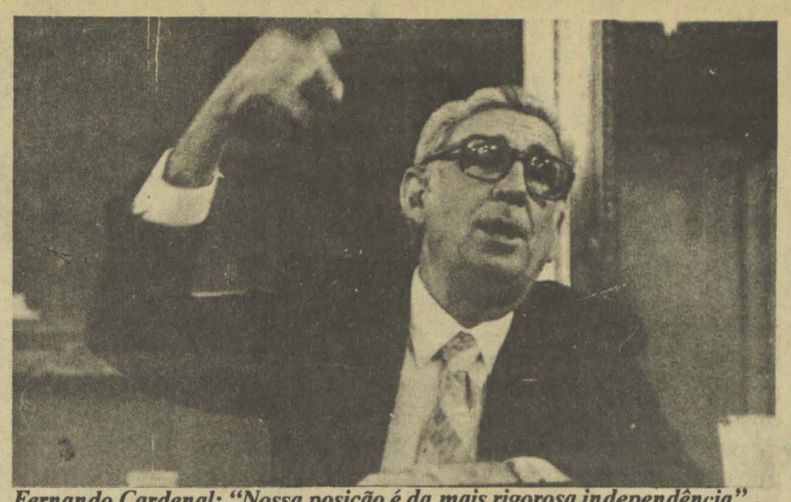
Outro canal fundamental de expansão, no movimento sindical, é a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL). Até recentemente ela tinha pouca influência direta sobre o sindicalismo latino-americano. Mas nos últimos anos está ganhando terreno. Os recursos oferecidos pelos europeus já ultrapassam até mesmo o dos americanos para diversos programas sindicais. Tudo indica que foi a CISL, por exemplo, que municiou a Anampos de dólares, para facilitar sua atuação divisionista no sindicalismo brasileiro.

FUSÃO PT-PDT

De fato o Brasil é uma peça chave na ofensiva da social-democracia na América Latina. A própria "Declaração do Rio de Janeiro", depois de tecer rasgados elogios à política de abertura de Figueiredo, afirma que o Brasil exerce um "papel privilegiado" no Cone Sul. Em relação ao quadro partidário do nosso país, a posição oficial da social-democracia é a defesa da fusão do PT com o PDT. Na verdade ela busca trabalhar e usar ambos os partidos. Com Brizola busca firmar uma liderança carismática social-democrática de massa, e atrair a corrente trabalhista. Através do PT busca influir no movimento sindical e popular organizado.

COOPERAÇÃO DE CLASSE

A atual Internacional Socialista foi fundada em 1951, quando rompeu de vez com todos os vestígios do pensamento marxista. Sua "Declaração de Frankfurt" oficializou os pontos básicos da ideologia reformista social democrata do pós-guerra: Renúncia ao emprego da violência revolucionária para a tomada do poder; prioridade ao indivíduo; democracia política; democracia social; democracia econômica e solidariedade internacional — objetivos a serem alcançados através da "cooperação de classes". É essa política que busca implantar, agora, na América Latina.


Fernando Cardenal: "Nossa posição é da mais rigorosa independência".

Nicarágua não aceita depender de superpotências

Na semana passada esteve no Brasil o padre Fernando Cardenal, representante da Frente Sandinista da Nicarágua. Numa entrevista exclusiva à Tribuna Operária, **Cardenal denunciou a política belicista de Reagan: "O povo brasileiro tem de estar preparado e alerta para se erguer em protesto quando o primeiro soldado ianque pisar o solo nicaragüense".**

T.O. Recentemente o governo do PS na França cortou a venda de armas para a Nicarágua, ao que tudo indica por pressão do governo dos Estados Unidos. Esta pressão se fez sentir na reunião da Internacional Socialista no Rio, da qual o senhor participou?

Cardenal. Os Estados Unidos pressionaram de todas as formas para que a reunião não condenasse a sua política agressiva na América Central em geral e contra a Nicarágua em particular. Reagan chegou ao ponto de mandar cartas individuais aos participantes da reunião. Eu mesmo vi alguns exemplares dessas cartas. Mas, no fundamental, a resolução aprovada foi muito positiva para a Nicarágua e representou um passo importante no isolamento internacional do imperialismo norte-americano.

T.O. Um dos principais argumentos utilizados por Reagan para justificar sua agressão é de que o governo nicaragüense estava alinhado com Cuba e a União Soviética. O que o senhor diz a respeito?

Cardenal. A nossa posição sempre foi, é , e será da mais rigorosa independência. Não fizemos a revolução com tantos sacrifícios para nos tornarmos dependentes de ninguém. A nós nos interessa manter relações de amizade e cooperação com o maior número de países possível. Até hoje nem Cuba, nem a União Soviética, nos impuseram nenhuma condição para sua ajuda. No dia em que o fizerem, nós nos ergueremos para dizer não! Uma das grandes lições da nossa experiência revolucionária é de que mesmo um país pequeno não é forçado a ser satélite desta ou daquela grande potência.

T.O. Outro argumento que os EUA levantam é de que a sua ação visaria unicamente deter o fluxo de armas para a guerrilha em El Salvador.

Cardenal. Isso não passa de pura demagogia. A Nicarágua foi a primeira a inserir esse ponto na pauta de negociações para a paz na América Central. O comandante Borges reafirmou essa disposição no seu discurso de comemoração do 4º aniversário da Revolução sandinista em León, no mês passado. Logo depois os EUA iniciaram as criminosas manobras militares de cerco a nosso país. Se essa fosse uma questão real, já teria deixado de o ser em função da disposição em negociar.

T.O. A Casa Branca também critica o governo da Nicarágua por não realizar eleições.

Cardenal. Esse é outro absurdo. Nós temos eleições gerais marcadas no país para 1985. Elas só não se realizarão se a Nicarágua continuar sob agressão militar norte-americana. Nesse caso as atenções do nosso povo não poderiam ser desviadas da defesa nacional. Assim o imperialismo norte-americano é que sabota as eleições no nosso país. Mas na verdade esta é uma falsa questão para a Casa Branca. Veja você que a própria revolução americana levou 19 anos para realizar eleições, depois de derrotar o colonialismo inglês. E os EUA não se cansam de organizar e financiar golpes sanguinários contra governos constitucionais eleitos, para erguer regimes terroristas, como o do Chile, que nem se quer falam em realizar eleições. Toda essa gritaria dos imperialistas ianques sobre eleições não passa de um pretexto furado para atacar a Nicarágua.

T.O. Para finalizar, o senhor não gostaria de dirigir um apelo à solidariedade do povo trabalhador brasileiro?

Cardenal. Eu gostaria de pedir ao povo do Brasil que faça todo o possível para que o governo brasileiro tome uma posição mais clara e ativa de apoio aos esforços do grupo de Contadora em conseguir uma solução negociada para a crise centro-americana, contra a solução militar perseguida por Reagan. O imperialismo norte-americano espera apenas o momento propício para invadir o nosso país. O povo brasileiro tem de estar preparado e alerta para se erguer em protesto quando o primeiro soldado ianque pisar em solo nicaragüense. Toda a América Latina tem de se erguer com uma muralha gigante para deter a agressão de Washington. Desde já é importante usar todos os canais possíveis para informar à população brasileira o que se passa na Nicarágua. É decisivo também manifestar o repúdio à agressão norte-americana das mais diversas formas — cartas aos congressistas e ao governo dos EUA, atos públicos, etc.

Governo filipino executa opositor

No último dia 21 o líder da oposição à ditadura de Ferdinand Marcos nas Filipinas, Benigno Aquino, foi bárbara e covardemente assassinado ao chegar a Manila. Jornalistas que acompanharam Aquino garantem que ele foi morto por soldados do regime filipino. Por trás da trama está o governo norte-americano, que mantém no país duas bases militares estratégicas para o controle do sudeste asiático.

Aquino voltou ao seu país depois de três anos de exílio, para participar das eleições gerais convocadas para 1984. Antes havia sido preso, em 1972, quando foi decretada a lei-marcial no país por Marcos. Em 1977 foi condenado à morte, mas a execução foi suspensa. Em 1980 foi autorizado a deixar a prisão para se operar nos EUA, onde se exilou.

Dirigente do grupo oposicionista moderado Partido pelo Poder Popular, Aquino estava proibido de voltar a seu país. O governo lhe negou o passaporte no último dia 13 de agosto, alegando haver uma suposta conspiração contra a sua vida em Manila. Na verdade tratava-se de uma ameaça velada do próprio regime, tentando intimidá-lo. Durante o vôo até Manila, Aquino denunciou um complô para matá-lo a tiros ao chegar, e ainda que o seu assassino seria também executado, para "queimar arquivo".

De fato, assim que foi retirado do avião, sob custódia militar, Aquino foi baleado e morto pelas costas. A versão oficial é de que um pistoleiro o abateu, e foi imediatamente fuzilado pelos soldados da escolta. O ditador Marcos apressou-se em acusar os comunistas pelo assassinato. Mas testemunhas garantem que o dirigente oposicionista foi morto pelos próprios militares e não pelo suposto guerrilheiro. "Três soldados tiraram o Aquino do avião e, logo depois, dois deles sacaram revólveres. Eu os vi atirarem na sua cabeça", denunciou o jornalista japonês Kiyoshi Wakami.

Já o governo norte-americano logo saiu em defesa de Ferdinand Marcos, dizendo que as versões de que o dirigente oposicionista foi morto por soldados eram fruto de "impressões confusas". Reagan fez questão de reafirmar sua visita às Filipinas para conversar com seu leal aliado. É mais um nome na longa lista de crimes sujos e bárbaros perpetrados com total cobertura do imperialismo ianque.

Benigno Aquino (de branco) e seu suposto opositor, assassinados em Manila

Os domínios de Marcos

As Filipinas são um enorme complexo de 7090 ilhas, localizadas ao sul da China, no Oceano Pacífico. Colonizadas pela Espanha em 1521, as Filipinas declararam-se independentes, com apoio ianque, em 1896, só para serem transformadas em colônia dos Estados Unidos dois anos mais tarde. Depois da ocupação japonesa, durante a 2ª Guerra Mundial, as ilhas se tornaram independentes de novo em 1946, mas permaneceram sob forte dominação neo-colonial do imperialismo norte-americano.

Em 1972 o presidente Marcos, cuja fortuna familiar é uma das maiores da Ásia, decretou lei marcial no país, transformando-se em ditador com apoio total de Washington. Imediatamente após, o Banco Mundial incentivou a penetração massiva de capitais estrangeiros no país, para montar alí um "modelo" de desenvolvimento capitalista dependente no sudeste asiático. Isto num momento em que a guerrilha vietnamita aproximava-se da vitória contra as tropas de ocupação ianques.

Com a crise mundial dos últimos anos, o modelo filipino baseado na exportação ruiu. A dívida externa do país já chega a 17 bilhões de dólares, enquanto a balança de pagamentos atinge déficits sem precedentes. Com isto a oposição ao regime de Ferdinand Marcos cresceu assustadoramente. A oposição burguesa se aglutinou na Organização Democrática Nacionalista Unida (Unido), cujo principal dirigente era Benigno Aquino. Em grandes áreas do centro e do norte do país se alastra e se consolida rapidamente um movimento guerrilheiro revolucionário, do Novo Exército do Povo (NEP) basicamente em áreas camponesas. Ao sul fundamentalmente, e em Midanao, a Frente de Libertação Nacional Moro conduz uma luta pela independência da região muçulmana há 10 anos. A repressão de Marcos tem sido bárbara, deixando um saldo de mais de 50 mil mortos.

O ditador Ferdinand Marcos

Um jornal pelas liberdades

Leio e apóio a Tribuna Operária porque é um jornal dedicado à luta do povo brasileiro pelo fim do regime militar, pela conquista das mais amplas liberdades políticas, pela reforma agrária radical e pela independência nacional. A Tribuna Operária, durante seus quatro anos de existência, tem contribuído enormemente com as luta dos trabalhadores na conquista de seus direitos e pelo advento do socialismo. Por divulgar para as amplas massas a ciência da classe operária, o marxismo-leninismo, a Tribuna tem sofrido perseguições das mais variadas formas por parte do regime militar. **Vitório Serra Aguiar,** ***membro da Pró-CUT Nacional, pelo Maranhão.***

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. **Envio anexo cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 (antiga Trav. Brigadeiro Luiz Antônio) — Bela Vista — São Paulo, SP. CEP 01318.**

( ) Anual de apoio (52 edições) — Cr$ 10.000,00
( ) Anual comum (52 edições) — Cr$ 5.000,00
( ) Semestral de apoio (26 edições) — Cr$ 5.000,00
( ) Semestral comum (26 edições) — Cr$ 2.500,00

Exterior, anual — 70 dólares.

Nome: .....
Endereço: .....
Cidade: .....
CEP: .....
Estado: .....
Telefone: .....
Profissão: .....
Data: .....

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

A luta contra o 2045 no Congresso

Os líderes de todos os partidos de oposição — inclusive o PTB — fecharam questão contra o decreto 2.045. E acertaram uma estratégia comum de mobilização popular e parlamentar para garantir a presença de todos os deputados oposicionistas e um grande número de pessoas nas galerias do Congresso no dia da votação, que deve ocorrer até 28 de outubro.

A Câmara Federal tem 479 deputados, dos quais 244 são dos quatro partidos de oposição. Para derrotar o decreto são necessários 240 votos. Se todos os parlamentares oposicionistas cumprirem o seu compromisso, e comparecerem no dia da votação, o 2.045 será derrotado.

Foto: Luis Humberto

Freitas Nobre: "vamos ganhar"

QUESTÃO DE HONRA

O líder do PMDB, Freitas Nobre, tem confiança na vitória: "Essa luta nós vamos ganhar. As oposições têm maioria na casa e vão exercê-la com dignidade". Ele acrescenta que a direção do partido já fechou questão sobre o assunto e que "não está havendo nenhuma pressão dos governadores sobre suas bancadas. E se houver nós não admitiremos. No dia da votação o PMDB em peso estará presente".

Para o líder do PT, Airton Soares, a derrota do 2.045 é questão de honra para as oposições: "Nunca foi tão importante derrotar um decreto do governo como agora, porque esta luta se enquadra num contexto mais amplo que é o de medir forças com o regime. Se as oposições não tiverem força e união para derrubar este decreto, ficarão desmoralizadas e perderão a confiança do povo".

Os líderes oposicionistas não acreditam que as pressões que estão sendo feitas pelo governo e pelos políticos do PDS surtam efeito. Freitas Nobre afirma que "hoje não existem condições objetivas para um retrocesso. O governo está completamente enfraquecido e não tem suporte em lugar nenhum". E Airton Soares diz que "estas pressões estão desmoralizadas pelos banqueiros, que fizeram o governo sucumbir e revogar o tabelamento da taxa de juros".

Diante das dúvidas sobre o comportamento do PTB, o vice-líder Celso Peçanha, que participou da reunião com os líderes dos outros partidos, foi categórico: "Para nós esta é uma questão fechada. Votaremos contra".

A votação do decreto deve ser feita até o dia 28 de outubro. Caso não seja votado até esta data, o decreto 2.045 estará aprovado por decurso de prazo, como quer o governo.

MOBILIZAÇÃO POPULAR

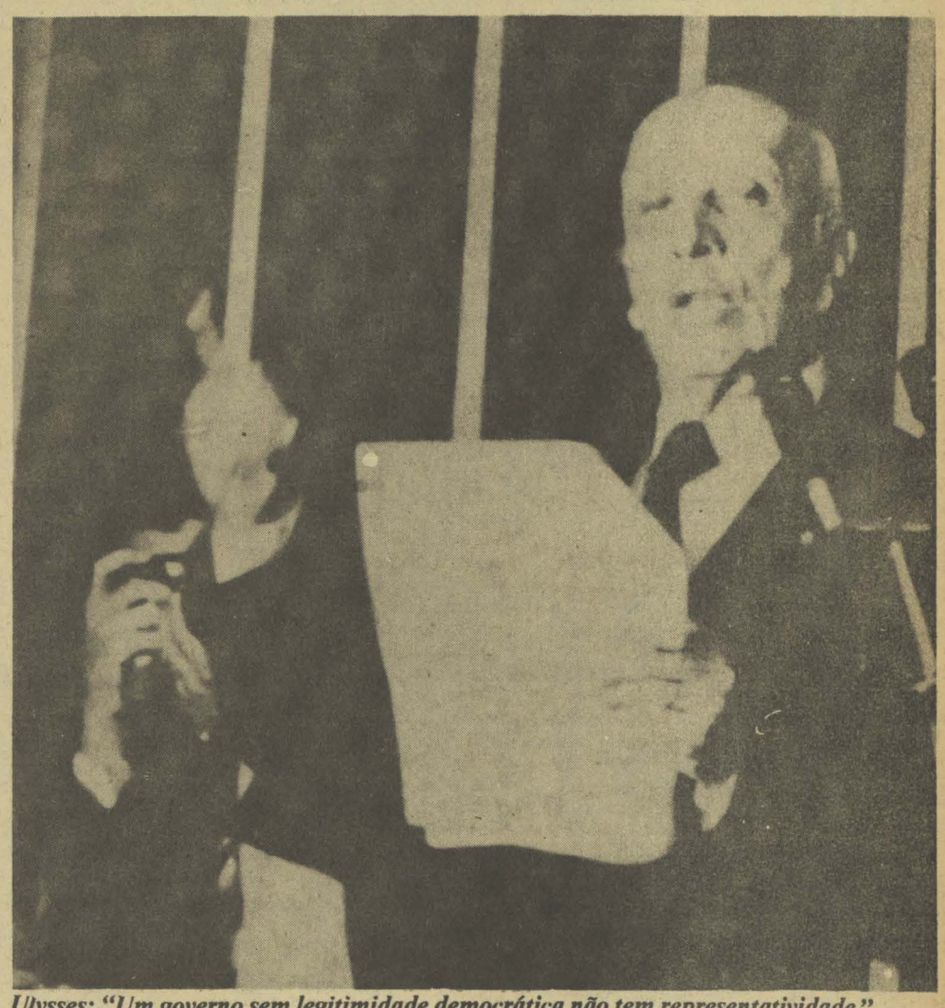
Apesar deste quadro aparentemente favorável, os políticos oposicionistas consideram indispensável um forte esquema de pressão popular desde já e principalmente no dia da votação. "Este decreto é tão flagrantemente impopular e injusto que a mobilização popular será fundamental para a sua rejeição" — admite o deputado Freitas Nobre.

O PMDB já deu o primeiro passo para articular este esquema de pressão. Foi nomeada pela liderança uma comissão de articulação com o movimento sindical e as entidades da sociedade civil, integrada por 13 deputados, presidida pelo deputado Luis Henrique (Santa Catarina) e secretariada pelo deputado Haroldo Lima (Bahia). A comissão já definiu um plano de ação que inclui a mobilização de todas as bancadas federais do partido para viajar a todos os Estados do país e realizar contatos com os líderes sindicais e entidades democráticas, a divulgação de uma cartilha contra o decreto 2.045, a mobilização das bancadas estaduais e municipais, a criação de uma comissão interpartidária de mobilização e o envio de uma circular a todos os governadores, prefeitos e líderes de bancada do partido pedindo apoio humano e material para a organização de uma grande caravana a Brasília no dia da votação.

Uma preocupação manifestada por diversos parlamentares foi com os incidentes que ameaçam dividir o movimento sindical. Sem interferir nos assuntos internos dos Sindicatos, eles expressam por outro lado a esperança de que predomine o bom senso, e que sejam encontradas formas concretas para uma batalha unitária contra o famigerado decreto do arrocho.

"Não subo a rampa do poder", afirma Ulysses

Depois de uma ausência de 12 anos, o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, ocupou no dia 24 a tribuna da Câmara para apresentar as propostas do maior partido de oposição para a superação da atual crise vivida pelo país. Os que esperavam que Ulysses engrossasse o coro da conciliação com o regime, tiveram uma grande decepção.



Ulysses: "Um governo sem legitimidade democrática não tem representatividade"

Ao contrário, o presidente do PMDB reiterou as bandeiras de luta oposicionistas e deixou claro que o partido não abrirá mão de seus princípios programáticos. "Não subo a rampa do poder", discursou Ulysses, "preferindo assomar o topo desta tribuna para falar à nação e ao governo, pessoalmente e em nome do PMDB, como partido que é o porta voz da maioria do povo brasileiro".

O dirigente oposicionista disse ainda que o PMDB "não trairá princípios e compromissos que, se renegados, envergonhariam a saga de resistência e profanariam nossos mortos pelo ideal de liberdade e democracia com justiça social, com o único regime que consagra a soberania popular".

CONSENSO E ELEIÇÃO DIRETA

O deputado Ulysses Guimarães defendeu as eleições diretas em todos os níveis como a saída verdadeiramente democrática para a crise: "um governo sem legitimidade democrática não tem representatividade popular, e não a tendo, não tem credibilidade interna nem externa. Só a eleição direta leva à legitimidade e ao consenso real. Mas o consenso há de ser o consenso da reivindicação pela eleição direta, com dimensão plebiscitária, de quase 90% da nação".

Ulysses alertou para a possibilidade de uma convulsão social caso a sociedade não possa se manifestar soberanamente: "A política ou é intérprete da rua, através do veículo convencional, civilizado e democrático enfim, da sociedade, ou ela, pela incompetência, cegueira e prepotência dos governantes, explode em desespero e sangue na rua".

Com base no Projeto Emergência do senador Teotônio Vilela, a quem saudou como "herói da resistência, menestrel da liberdade, campeão da anistia", o presidente do PMDB apresentou um elenco de 13 propostas para a superação da crise política econômica e social, onde destacam-se:

*Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, no máximo até 15 de novembro de 1986;

*Eleição direta, universal e secreta (com votos de analfabetos inclusive) para a presidência da República até 15 de novembro de 1984;

*Elevação imediata do nível de atividade econômica e do salário médio real; restauração do mercado interno como centro dinâmico da economia nacional e declaração de moratória unilateral da dívida externa por um prazo mínimo de três anos.

NÃO AO FMI

O deputado defendeu a ruptura dos acordos com o FMI: "A liberdade de ação somente será recuperada se o Brasil renunciar à ajuda financeira com o FMI. Os acordos assinados com essa instituição cerceiam a liberdade de ação do governo em praticamente todos os campos da política econômica. A eliminação da tutela econômica do FMI é condição necessária para que possamos reorganizar o serviço da dívida de forma a compatibilizá-lo com a reativação das atividades econômicas e a retomada do crescimento".

Defendeu ainda a moratória unilateral: "O dever do governo brasileiro é defender os interesses do país. Em nome deles deve ser decretada a moratória. Devemos suspender o serviço da dívida e a amortização do principal, pelo prazo de três anos (que poderá ser ampliado em função de informações precisas que se supõe serem de conhecimento do governo). Cabe ao país, agora, também unilateralmente, dizer aos credores quais são as condições que possibilitam o pagamento da dívida sem prejuízos irreparáveis para o crescimento econômico do país".

DUCHA FRIA NA CONCILIAÇÃO

O deputado baiano Haroldo Lima, vice-líder do PMDB na Câmara, considerou que o discurso representou "uma ducha fria nos defensores da conciliação. É um peça nitidamente oposicionista". E o vice-líder do PDS, Jorge Arbage, lamentou: "O discurso foi uma frustração para todos os que esperavam que Ulysses Guimarães concretizaria a proposta de união nacional. Ao dizer que não sobe a rampa do poder, ele demonstra a sua motivação para o não diálogo. Além disso, os condicionantes que ele impôs para a conciliação são inaceitáveis para o governo". E o presidente do PDS, senador José Sarney, vociferou que o discurso do presidente do PMDB "foi um grito de guerra" contra o governo.

(Moacyr de Oliveira Filho)

Aurélio: "Operários não aceitam o 2045"

O deputado operário Aurélio Peres fez, na semana passada, um importante pronunciamento na tribuna da Câmara conclamando os parlamentares a votar contra o 2045. Além de analisar as razões que levaram o governo a baixar o decreto da fome, Aurélio mostrou que a aprovação da medida será uma provocação contra os trabalhadores. Eis alguns trechos:

Aurélio Peres, um deputado que se destaca na luta contra o arrocho

"Ao defender que os trabalhadores também devem pagar pela crise, o governo militar deixa a nu o propósito de arrochar ainda mais o salário de fome e procura ignorar, de maneira cínica e irresponsável, a verdade por todos conhecida, de que os trabalhadores e o povo já pagaram um preço demasiado caro pela crise que não criaram.

"Repudiar a intromissão descabida nos destinos do nosso país, derrubando este decreto, é uma atitude que só dignificará esta Casa e aumentará seu respeito junto ao povo e à nação. Aprová-lo, ao contrário, será consentir com a política de terra arrasada do capital financeiro internacional contra nosso povo e nossa economia.

ARROCHO E RECESSÃO

"A aprovação do 2045 não diz respeito apenas ao salário dos trabalhadores, mas coloca em cheque toda a economia do país. Parece claro o objetivo de reduzir ainda mais a capacidade do mercado interno, com a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

"Outro ponto de vista sustentado pelos generais é o de que a aprovação do decreto diz respeito à segurança nacional. Dissimulado e nebuloso, tal argumento teve destino marcado em sua elaboração: a intimidação dos trabalhadores e dos deputados pela espada do arbítrio e da violência.

"O decreto enfrenta e enfrentará ainda mais a firme oposição dos operários e trabalhadores. Ou acham o governo e seus representantes que a classe operária assistirá de braços cruzados ao profundo golpe que se arma contra seus interesses? Certamente que irão à luta e ao combate em defesa de seus direitos. Não são poucos os que têm advertido que o 2.045 é provocação contra os trabalhadores e pode resultar em explosões sociais de conseqüências imprevisíveis.

"As mudanças de que precisa o país passam pela revogação da atual política econômica e financeira e pelo rompimento dos acordos com o FMI. Esse governo é incapaz de cumprir tais objetivos pelo simples motivo de ter sido o autor de tal política e tais compromissos.

"Nas fábricas e nas ruas, nos Sindicatos e nas praças, faz-se necessária a ação unitária da classe operária e do povo em defesa da sua sobrevivência. Que o Congresso Nacional mostre-se digno perante a nação em defesa de sua soberania e de seu povo é o que aguarda a história".

Nivaldo Orlandi chama o povo de sua cidade a lutar pela eleição direta

Embú quer eleger o presidente

Por iniciativa do prefeito Nivaldo Orlandi, realizou-se dia 21 no Embú uma concentração popular por eleições presidenciais diretas e pela moratória. Quase um milhar de pessoas, na maioria operários, compareceu ao largo Santa Tereza, na parte proletária daquele munícipio da Grande São Paulo que saltou de 20 para 120 mil habitantes nos anos 70.

O ato foi promoção conjunta do PMDB e do PT de vários munícipios da região. Falaram, entre outros oradores, os deputados estaduais José Gregori e Benedito Cintra (PMDB), Paulo Diniz (PT) e o suplente de deputado federal Aldo Rebelo (PMDB), concentrando o ataque no governo federal, culpado pela situação caótica do país, apontando sua substituição como indispensável e a eleição direta como o caminho para isto.

José Gregori causou viva impressão ao indagar quem, dos presentes já tivera o "privilégio" de votar para presidente. Apenas três ou quatro mãos se levantaram, mostrando o quanto tem sido longa a noite do regime.

O jovem prefeito Orlandi, eleito pela votação maciça da periferia, encerrou o ato. Mostrou as limitações inevitáveis numa administração oposicionista, ainda mais na crise atual, e exigiu uma reforma tributária que retire do sufoco os Estados e Municípios. Mas não ficou nisto. Pregou com vigor a eleição direta para pôr fim ao regime atual, consciente de que fora desta solução política qualquer medida administrativa será mero paliativo.

Águas confluentes

Vão surgindo os atos populares pela eleição direta para presidente. Um numa Zonal de Porto Alegre, outro no Embú... tomados em separado podem parecer coisa pouca, mas são como riachos que confluem para um grande caudal. Na cúpula das oposições, inclusive do PMDB, há ainda resistências à campanha pelas diretas, apesar dela ser decisão oficial.

O quadro nas hostes do adversário, o regime militar, é extraordinariamente favorável a esta luta. A briga-de-foice sucessória tira ao governo toda iniciativa. Em termos de opinião pública, nem se fala. O que a campanha precisa é de gente que a segure nas mãos — e a ponha na rua.

Gaúchos realizam manifestação pelas eleições diretas

Mais de 200 populares participaram do ato público em defesa das eleições diretas para a presidência da República promovido pela segunda zonal do PMDB, em Porto Alegre, no último dia 23. Usaram da palavra o senador Pedro Simon, o presidente da Fundação Pedroso Horta no Estado, Odacir Klein, o deputado federal Aldo Arantes e o presidente do Instituto dos Advogados, Luis Carlos Lopes Madeira. A vereadora Jussara Cony, presidenta da segunda zonal, coordenou a manifestação.

Na oportunidade a **Tribuna Operária** entrevistou o senador Pedro Simon sobre a importância das eleições diretas. "A crise econômica e social corresponde a uma crise política — afirmou Simon —. O governo perdeu toda credibilidade e o Colégio Eleitoral não tem legitimidade. Precisamos de um governo eleito pelo voto popular". Quanto à campanha lançada pelo PMDB em favor do pleito direto, Simon informou: "Todos os Diretórios Estaduais e Municipais do PMDB estão orientados para promover de forma sistemática atos neste sentido. Esta bandeira do PMDB será veiculada no programa de rádio e TV, em cadeia nacional, que será levado ao ar no próximo dia 15. O deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, vai viajar por todos os Estados defendendo a realização das diretas e será formada uma caravana com a presença de Teotônio Vilela, Miguel Arraes e outros parlamentares".

Durante o ato o deputado goiano Aldo Arantes destacou: "O povo não aceita mais se submeter ao atual sistema político e quer a realização das eleições diretas e mais: soluções concretas para o problema do desemprego, da fome e da terra. Diante das proporções da crise econômica, as eleições diretas passaram a ser uma exigência nacional. Diante do atual quadro é lírico o consenso". **(da sucursal)**

Foto: Sidnei Passarinho

O deputado Luciano Siqueira (de bigode) na passeata do dia 21

A luta em Recife contra a poluição dos usineiros

Uma passeata com mais de 10 mil pessoas agitou as ruas de Recife na manhã do dia 21, em protesto contra a poluição das águas do rio Capibaribe. O governo permitiu que os usineiros jogassem produtos tóxicos (como o vinhoto) nos rios, dizimando 50 mil toneladas de peixe e prejudicando cerca de 46 mil famílias de pescadores.

Recife, 15 de agosto. São seis horas da manhã. As pescadeiras da Colônia Z-1 de pescadores do Pina saem com seus balaios à cata do crustáceos, mas sentem no ar uma podridão infecta.

A pescadeira Netúnia diz: "Tem alguma coisa podre na maré". A razão do mau cheiro: meréias, bagres, ceros, carapebas amontoam-se aos milhares, mortos e duros. No mar uma enorme mancha negra espalha-se por toda a costa.

O que dona Netúnia e as outras pescadeiras não sabiam ainda naquela manhã era que na noite anterior a destilaria Alvorada, do usineiro Geraldo Uchoa, despejara no rio Goitá, afluente do Capibaribe, 600 milhões de litros de vinhoto, produto altamente tóxico. Logo depois outras destilarias como a Laísa, a Maravilha, e a Santa Teresa despejaram quantidades semelhantes, transformando os rios num cemitério de peixes.

As cidades de Goiana, Igarassú, Itapissuma, Jaboatão, Ipojuca e Cabo, sem falar nos distritos, ficaram com sua população ribeirinha totalmente privada da pesca artesanal. Mesmo que as destilarias suspendam definitivamente o lançamento de dejetos nos rios, serão necessários seis meses para a diluição do veneno e recuperação da fauna marinha. Nunca se viu na região uma catástrofe dessa dimensão.

CARTA BRANCA

A Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos (CPRH), presidida pelo odiado Rinaldo do Rego Barros, foi quem deu carta branca para que os usineiros soltassem tal volume de poluentes nos rios. O deputado estadual pelo PMDB Luciano Siqueira denunciou que "a CPRH, a Compesa e os usineiros tomaram a decisão de promover esses despejos de vinhoto em tão graves proporções, sem que a comunidade fosse ouvida".

O que o governo e os usineiros não calculavam era que a reação do povo assumisse tais proporções. Os protestos se generalizaram, havendo desde passeata de escolares até protesto dos pescadores, Sindicatos, partidos políticos e entidades democráticas. Os pescadores da colônia Z-1 foram até o pátio da CPRH e jogaram 10 quilos de peixe podre em frente ao gabinete de Rego Barros.

Por iniciativa da Associação Pernambucana de Defesa do Meio Ambiente e do PMDB criou-se um Comitê de Defesa do Meio Ambiente. Foi lançado um manifesto à população criticando a atitude do governo e dos usineiros de poluir as águas e convocando o povo para uma grande passeata na avenida Boa Viagem, em Recife. Cerca de 10 mil pessoas percorreram um trajeto de oito quilômetros, com faixas onde se denunciava que a matança dos peixes significa a morte dos que vivem da pesca. Durante a manifestação o povo dizia que o governador come peixe com vinho e o pobre come peixe com vinhoto.

(Marco Albertim, da sucursal)

Gaúchos fazem passeata exigindo mais empregos

"Queremos emprego, salário, pão! Fora FMI, milico e patrão" eram os dizeres de uma faixa carregada por mil desempregados, que realizaram uma passeata em Porto Alegre, no dia 23 de agosto. Com o objetivo de reivindicar empregos, alimentos e isenção de pagamento de luz e água, os trabalhadores vieram dos municípios próximos de Gravataí e de Cachoeirinha.

A concentração e passeata pelo centro de Porto Alegre visava chamar a atenção do governador Jair Soares. No entanto os manifestantes foram durante três horas bloqueados pela polícia, que não lhes franqueou o caminho para o Palácio Piratini.

Cedendo à combatividade dos trabalhadores, o governador recebeu uma comissão que apenas conseguiu arrancar a distribuição de alimentos e roupas, em dois caminhões. Após a audiência, José Freitas, líder metalúrgico demonstrou o estado de espírito dos desempregados: "Enquanto continuarmos com esse governo que entrega nossas riquezas para as multinacionais, não teremos soluções satisfatórias". Como disse um manifestante: "Emprego que é bom, o governador não deu".

Francisco Medeiros, do PMDB e prefeito de Cachoeirinha, participou da manifestação — "Apoio todos os movimentos reivindicatórios que defendam as necessidades do povo. Só o povo unido vai conseguir melhorias. Como prefeito de oposição estarei do lado dos interesses da população".

Bancários são presos na porta do Sindicato

Na tarde do dia 23 de agosto três diretores do Sindicato dos Bancários de São Paulo e mais um ativista sindical foram presos pela Polícia Federal e ficaram detidos por mais de três horas ta. Um grupo de bancários se concentrara por volta das 18 horas numa das salas do Sindicato protestando contra a junta governativa nomeada pelo ministro do Trabalho, que até agora não convocou nenhuma assembléia para indicar a comissão de negociação para renovação do acordo.

Os interventores se negaram a receber a diretoria cassada e não aceitaram conversar com nenhum dos bancários que foram até o Sindicato. Não satisfeitos com isso, os interventores chamaram a Polícia Federal que deteve os três bancários da diretoria cassada e mais Odair Silva Soares, que estava com uma multidão na porta do Sindicato protestando contra a detenção dos sindicalistas. Os quatro foram levados até o DOPS onde ficaram detidos até às 21 horas.

Os servidores da Comurg apóiam a "União dos Trabalhadores"

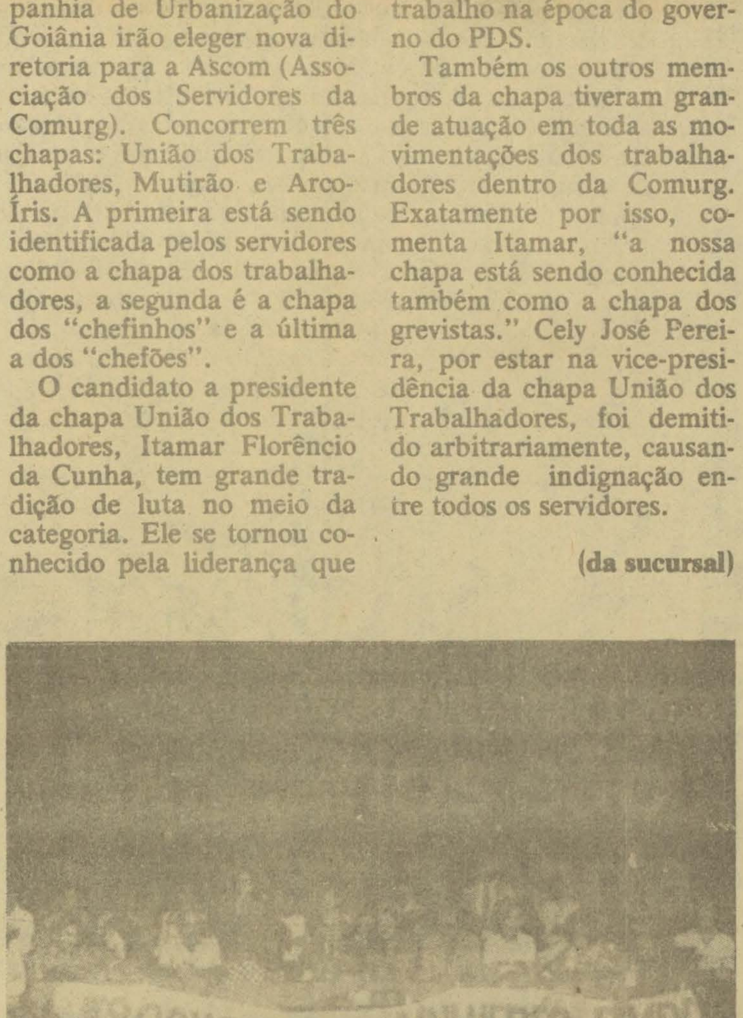
Servidores da Comurg em Goiânia fazem eleições

No próximo dia 31 cerca de 4 mil servidores da Companhia de Urbanização do Goiânia irão eleger nova diretoria para a Ascom (Associação dos Servidores da Comurg). Concorrem três chapas: União dos Trabalhadores, Mutirão e Arco-Íris. A primeira está sendo identificada pelos servidores como a chapa dos trabalhadores, a segunda é a chapa dos "chefinhos" e a última a dos "chefões".

O candidato a presidente da chapa União dos Trabalhadores, Itamar Florêncio da Cunha, tem grande tradição de luta no meio da categoria. Ele se tornou conhecido pela liderança que obteve nas greves por melhores condições de vida o trabalho na época do governo do PDS.

Também os outros membros da chapa tiveram grande atuação em toda as movimentações dos trabalhadores dentro da Comurg. Exatamente por isso, comenta Itamar, "a nossa chapa está sendo conhecida também como a chapa dos grevistas." Cely José Pereira, por estar na vice-presidência da chapa União dos Trabalhadores, foi demitido arbitrariamente, causando grande indignação entre todos os servidores.

(da sucursal)



600 delegadas participaram do Congresso das Mulheres

PMDB de Minas faz um Congresso de mulheres

Tendo como grandes eixos a aprovação da campanha de luta por eleições diretas e pela defesa da soberania nacional, as mulheres do PMDB de Minas Gerais encerraram seu primeiro congresso dia 20 de agosto. O congresso se caracterizou pela unidade, e contou com a participação de 600 delegadas, de 57 cidades do Estado. Em vários municípios foram realizadas assembléias para a escolha das delegadas. Na cidade operária de Contagem, por exemplo, houve discussões prévias com a presença de 70 mulheres, que escolheram 30 delegadas.

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

No congresso as mulheres exigiram que o espaço de participação democrática seja preservado e que a oposição tenha seu lugar de fato no governo estadual. Foi denunciada a grande presença do PDS na administração de algumas cidades onde o PMDB está no governo.

O congresso foi encerrado pelo governador mineiro Tancredo Neves que, após insistentes pedidos no plenário, prometeu assinar o decreto que cria o Conselho Estadual da Mulher ainda este mês. Suas palavras de encerramento foram um compromisso com as mulheres e as campanhas aprovadas: "A luta continua, porque não conseguimos ainda as eleições diretas para presidente da República, que é a nossa próxima meta".

(da sucursal)

A posição comunista sobre o Conclat

A realização de um Conclat unitário, aspiração da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, vem encontrando sérios entraves e está ameaçada de divisão e insucessos. Por essa divisão e insucessos são responsáveis as correntes de tipo social-democrata, como o PT, e as forças conservadoras do peleguismo ministerial. Os comunistas, fiéis à antiga legenda do PC do Brasil, lutaram e continuam lutando pela unidade da classe operária, indispensável para enfrentar a brutal ofensiva da burguesia e do governo contra os interesses vitais do proletariado. Face à situação criada no movimento sindical, sentem-se no dever de expor à classe operária sua atuação e seus pontos de vista.

1 A importância da realização de um Congresso unitário dos trabalhadores, no momento atual, se relaciona com a grave conjuntura que o país atravessa, de crise profunda, de submissão do governo aos banqueiros estrangeiros, que trazem terríveis conseqüências para a classe operária e todo o nosso povo. São milhões os desempregados que não têm o que comer nem onde morar. São milhões também os flagelados do Nordeste que, por descaso dos governantes, morrem de fome e de sede. Todo o trabalho do nosso povo está hoje voltado para pagar dívidas que já foram pagas e juros escorchantes dessas dívidas. Quem dita a política econômica-social do regime militar em vigor é o Fundo Monetário, que suga até a última gota o sangue dos brasileiros. O peso principal da crise é atirado sobre os ombros dos trabalhadores. Os salários foram rebaixados este ano várias vezes e, agora, o decreto 2.045, tenta reduzí-los ainda mais. Enquanto isto, multiplicam-se as denúncias de roubalheiras e negociatas nas quais estão envolvidos membros do governo e protegidos do sistema autoritário. Esta situação, que piora a cada dia, só poderá ser modificada pela luta unida e conseqüente do nosso povo, em especial da classe operária. Esta vem ocupando já seu posto de combate. A poderosa greve e as manifestações de protesto do último dia 21 de julho constituem um exemplo. Mas as lutas são ainda insuficientes e dispersas, nem todos os setores operários se encontram mobilizados e esclarecidos. O movimento sindical atua ainda sob orientações diversas. Por tudo isto, impõe-se a necessidade urgente da realização de um Conclat unitário, que impulsione mais firmemente a unidade de ação dos trabalhadores e lhes permita influir decisivamente nos acontecimentos nacionais. A unidade dos trabalhadores, na atualidade, é uma questão não somente da classe, mas também patriótica e democrática.

2 Foi com esta visão que os comunistas atuaram na preparação do Conclat. Desde o início ergueram a bandeira da unidade, em marcha para a criação de uma Central Única dos Trabalhadores. Compreenderam que, ao nível atual do movimento operário, seria errado quem quer que fosse impôr sua hegemonia forçada. Várias são as tendências na vida sindical e operária. Por esse motivo, os comunistas defenderam uma composição representativa, proporcional e unitária do Conclat, assim como da direção da Pró-CUT; opuseram-se a todo e qualquer exclusivismo. Apesar de opiniões conflitantes entre as diferentes forças, existem condições para chegar à unidade de ação à base de um programa comum que inclua a luta contra o 2.045, contra o desemprego, contra as intervenções nos sindicatos, pela estabilidade, em defesa do direito de greve e da reforma agrária, por amplas liberdades democráticas. Esta a posição que os comunistas defenderam em todos os encontros realizados em função do Conclat, salientando sempre a necessidade de serem mantidas em cada Estado as intersindicais que representam um centro de debates, de entendimentos entre as várias tendências, fora da estrutura ministerial, um núcleo de mobilização das massas.

3 As correntes ligadas ao PT, com forte influência trotsquista, já nos Ceclats e Enclats, sobretudo nos da Bahia e Espírito Santo, optaram por outra solução. Apoiando-se na Anampos, uma organização paralela ao movimento sindical, onde atuam setores da Igreja, elegeram numerosos delegados em organizações fantasmas, principalmente no campo, utilizando vastos recursos em dólares enviados do exterior, a fim de assegurar maiorias artificiais no plenário das reuniões do Conclat, numa demonstração evidente do seu exclusivismo estreito e prejudicial ao conjunto da classe operária. Pretendiam, por esse meio, dominar o Congresso e submeter a CUT à sua direção. Com esse procedimento não concordaram as demais forças. Exigiram a regulamentação do artigo 8º do Regimento do Congresso, visando impedir as fraudes e assegurando a eleição dos delegados das organizações em que as diretorias se negassem a convocar as assembléias com esse objetivo. As correntes ligadas ao PT não somente recusaram aceitar a regulamentação e a dialogar com as outras forças, como anunciaram que fariam o Conclat à sua maneira em São Bernardo do Campo. Recusaram quaisquer novos entendimentos visando restaurar a unidade. Em tais condições, o Congresso de São Bernardo tem caráter divisionista, não representa o conjunto do movimento sindical, e tenta implantar conscientemente o pluralismo no movimento operário brasileiro. Como já está demonstrado no plano mundial, o pluralismo serve à burguesia, porque divide as fileiras do proletariado em várias Centrais Sindicais, facilitando assim a exploração capitalista e a continuidade da escravidão assalariada.

4 Após esta atitude da corrente petista, os comunistas e numerosas outras forças proletárias empreenderam novos esforços visando preservar a Pró-CUT e abrir caminho à unidade. Convocou-se ampla reunião em Brasília. Nessa reunião os setores conservadores do movimento sindical, representados em boa parte por pelegos de federações e confederações, evidenciaram uma vez mais suas tendências impositivas e de direita. Manobraram e extinguiram, *na prática*, a Pró-CUT, que vem desempenhando importante papel nas lutas operárias. Substituíram a direção da Pró-CUT por uma comissão nacional onde predominam as federações e confederações. Convocaram outro congresso para novembro, na Praia Grande, cuja finalidade não é unir, mas aprofundar a divisão no movimento sindical. Os comunistas, como outras forças sadias do movimento operário, não podiam nem podem concordar com semelhante atitude.

5 A divisão do movimento operário, qualquer que seja o motivo — exclusivismo do PT e da Igreja, ou a imposição e o direitismo de antigos pelegos — é profundamente nociva à classe operária. Os mais interessados na divisão, hoje como sempre, são os patrões, as multinacionais, os agentes do capital, os governos reacionários. Todos eles, por meio da violência, do engodo, dos dólares da corrupção, ora usando palavreado de direita ou de ultra-esquerda, buscam impedir que os explorados se unam e lutem ombro a ombro, fraternalmente, contra os seus piores inimigos. O proletariado brasileiro não está de acordo com a divisão. São grandes as forças do movimento operário que se recusaram a ir a São Bernardo e que tampouco irão à Reunião da Praia Grande. Mesmo entre os que participarão de um ou de outro congresso, levados pelo desejo de robustecer o movimento sindical mas equivocados quanto ao caminho, encontra-se bom número de partidários da unidade, representantes honestos de suas categorias profissionais.

6 Os comunistas são de opinião que se deve prosseguir na busca da unidade. As manobras divisionistas estão fadadas ao fracasso. É preciso fortalecer o que já foi conquistado e avançar unidos para chegar não só a uma central sindical única como também à liquidação do regime injusto, antinacional e antioperário, instrumento da burguesia e do capital estrangeiro, que oprime os trabalhadores e os condena a uma vida de miséria. É indispensável reconstruir a Pró-CUT e manter, cada vez melhor representado, este fórum de debates e de mobilização dos trabalhadores. Manter igualmente as Intersindicais como órgãos de coordenação do movimento sindical. E criar, se fôr o caso, outras formas de organização que se fizerem necessárias para a unidade na ação imediata, como a luta contra o decreto 2.045. Não se pode esquecer que a verdadeira unidade tem sua base nas empresas. Precisamente aí se deve organizar os trabalhadores em Comissões de Fábrica ou Seções Sindicais. O proletariado brasileiro precisa ir à luta, responder à ofensiva do capital com a mobilização intensa das massas, com a greve geral e com manifestações de rua. A unidade visa à luta. E a luta destaca os verdadeiros dirigentes da classe operária. Do que mais podem esperar os trabalhadores senão da sua ação decidida em defesa dos seus direitos? Nenhum governo burguês, nenhum patrão dará nada de mão beijada aos operários.

Pela unidade, contra a divisão! Pela ação unida e combativa da classe operária e de todos os trabalhadores! Estas as novas palavras de ordem imediatas no movimento sindical.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Em S. Bernardo, o Congresso da facção Anampos

O encontro sindical de São Bernardo, neste fim de semana, não conta com a aprovação de mais da metade das intersindicais estaduais, não terá a participação da maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Sindicatos urbanos de peso. Será um encontro basicamente da corrente sindical petista, orientado pelo exclusivismo.

Isto ficou bastante claro na reunião da Pró-CUT Nacional na manhã do último dia 20, em Brasília. Dos cerca de 60 membros da Pró-CUT, 46 estiveram presentes e a maioria informou que sua entidade não irá a São Bernardo. Por unanimidade foi aprovada uma nota oficial desautorizando os promotores deste encontro a se utilizarem do nome da Pró-CUT.

"Podem deliberar o que vocês quiserem. Nós vamos continuar usando o timbre da Pró-CUT, ninguém pode nos impedir", afirmou Gilmar Carneiro, um dos que assinam a "circular nº 1 da Pró-CUT" convocando o encontro. "A Pró-CUT não tem legitimidade para desmarcar o Conclat", continuou Gilmar, sendo rebatido por Francisco Braga, secretário da intersindical do Amazonas: "Nem três companheiros têm autoridade para usar o nome da Pró-CUT para convocar um encontro de uma tendência política".

Gilmar: "Vamos usar o timbre da CUT"

INTERSINDICAIS

Os promotores do encontro de São Bernardo, que insistem em chamá-lo de "Conclat unitário", alegam que os Enclats e Ceclats teriam se posicionado pelo Conclat em agosto e que, neste sentido, "o adiamento é uma manobra". Esquecem ou escondem que quando foram realizados os encontros estaduais ainda não havia o impasse no movimento sindical. Após o impasse três Estados realizaram Enclats — Minas, Mato Grosso do Sul e Acre — e **todos** decidiram não ir ao encontro de São Bernardo.

As intersindicais estaduais também se reuniram para avaliar as possibilidades da realização de, vários Conclats e, conforme relato feito na reunião de Brasília, quase todas defendem o adiamento do Conclat, na procura de fazê-lo de forma unitária. Em Pernambuco foram feitas duas reuniões no dia 18: pela manhã 60 STRs e pela tarde 14 Sindicatos urbanos resolveram não ir a São Bernardo. Em Alagoas, dos 12 membros da Pró-CUT Estadual só um, o representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, decidiu participar. A Frente Sindical do Ceará se reuniu no dia 18 e concluiu que o "adiamento do Conclat é um preço pequeno a ser pago na defesa de um Conclat unitário". Outras intersindicais concluiram o mesmo.

Mesmo entre os Sindicatos que decidiram, por inúmeros motivos, participar do encontro de São Bernardo, vários irão para lá defender a unidade do movimento sindical. "Enviaremos os nossos delegados ao Conclat de São Bernardo levando a ele a nossa posição de unificação", afirma a nota da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior). O Sindiquímica da Bahia tem a mesma posição: "Vou lá para defender a unidade", afirma Nilson Bahia, seu presidente.

Além da pequena representatividade sindical, o encontro sofre de um outro mal: uma parcela significativa de delegados foi "eleita" de forma irregular, com a ajuda dos dólares da Anampos (ver box).

Por onde andam os dólares

O uso de dólares vindos da Europa para forjar delegados ao Conclat veio a público no Ceclat da Bahia, onde apareceram 280 delegados "eleitos" em apenas seis pequenos municípios rurais. Agora, sindicalistas de outros Estados fazem novas denúncias de delegações escolhidas com pouquíssima ou nenhuma consulta às bases de que tanto se fala.

PARÁ: Francisco Amaral, o *Pororoca*, do STR de Curuçá, conta: "No Enclat, cinco trabalhadoras da fábrica de castanha, Belém, chegaram sem saber o que faziam. No credenciamento perguntaram de que sindicato elas eram e elas disseram que eram delegadas do Humberto Cunha, um vereador. Em Abaetetuba foi tudo escondido, não chamaram a Intersindical nem mandaram ata e elegeram 12 delegados, mas a gente sabe que na reunião nem havia 12 pessoas. Sabemos que para São Bernardo virão até padres e freiras como delegados de trabalhadores rurais".

Domingos Eleres, da Associação da Construção de Castanhal, diz: "No Enclat um companheiro da Anampos, o Paulo, disse que tinha dinheiro para levar os delegados do Baixo Tocantins de avião. De onde vem esse dinheiro, se os trabalhadores não têm nem para comprar farinha?"

Vitório: "Falam em 2 ônibus por fora"

PARAÍBA: Álvaro Diniz, presidente da Fetag-PB, comenta: "Nenhum dos companheiros do Centru, que é o mesmo pessoal da Anampos, esconde ou nega a existência de recursos vindos do exterior. Ao Centru estão ligados apenas três Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Eles têm viajado, convidando outras diretorias para participar de São Bernardo, mas nenhuma aceita. Os presidentes que eles convidam nos informaram que eles estão oferecendo dinheiro, uma diária de Cr$ 10 mil, alimentação e hospedagem. Na área urbana eles só têm o Sindicato da Construção, que no Enclat participou sem pagar a taxa de inscrição por falta de dinheiro. Agora eles falam que já tem ônibus fretado, que custa Cr$ 1,2 milhão".

AMAZONAS: Francisco Massena, presidente da Fetag-AM relata: "A influência da Anampos lá é pequena, mas a gente tem conhecimento de algumas iniciativas. Em Itaquatiara e Uricurituba, lavradores receberam ofertas de passagens de ida e volta de avião a São Bernardo. Denunciaram à Fetag. As pessoas que falaram nessa oferta eram de Manaus, todas ligadas ao partido político apoiado pela Anampos. Em Manaus, as oposições sindicais dos comerciários tiraram um grande número de delegados. Eles dizem que o importante é arrumar delegados, mesmo sem passar pelos sindicatos, que a passagem está arrumada. A Associação dos Professores decidiu não ir a São Bernardo, mas a ala do PT tirou delegados por fora".

MARANHÃO: Vitório Serra Aguiar, membro da Pró-CUT Nacional, diz: "Com a divisão os sindicatos de lá se posicionaram por não participar de São Bernardo, mas o pessoal da Anampos convocou outras assembléias, por fora do Sindicato, e estão tirando delegados. Falam abertamente que têm dois ônibus para vir, que ninguém vai precisar gastar dinheiro com o frete e nem com a alimentação em São Paulo".

Novo golpe na unidade do movimento sindical

O já combalido movimento intersindical brasileiro sofreu outro duro golpe na reunião ampliada dos dias 20 e 21, em Brasília. Velhos adeptos da estrutura sindical verticalista e atrelada ao governo afluiram para lá, bombardearam a Pró-CUT e tiraram uma *Comissão Organizadora do Conclat* que lhes dá o controle do congresso marcado para novembro.

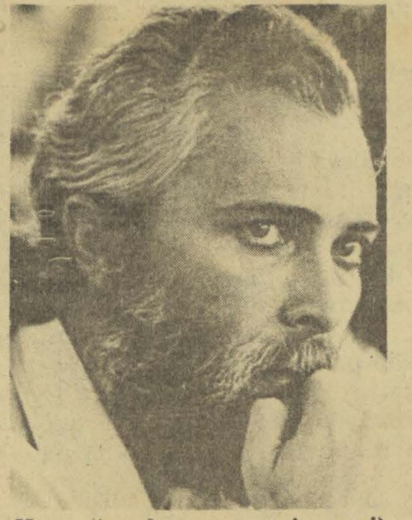
Havia na sede da Contag mais de 200 entidades: cinco Confederações, três Federações Nacionais, várias Federações Estaduais, Sindicatos e Associações. Por sua representatividade, a reunião poderia dar largos passos rumo a um Conclat unitário. Mas não deu. A preocupação de muitos presentes, convocados pela Pró-CUT, era reforçar o movimento intersindical e um Conclat que fosse do conjunto dos trabalhadores. Já o bloco formado pelas Confederações e Federações queria o contrário: torpedear a Pró-CUT, enfraquecer o movimento e fazer um Conclat sob controle.

Na manhã do dia 21 a Pró-CUT Nacional fez sua reunião plenária, com 46 membros presentes. Reafirmou o adiamento do Conclat e desautorizou o uso do seu nome para convocar qualquer congresso. Reafirmou também a Pró-CUT como forum unitário do movimento sindical, já prevendo ataques.

A preocupação mostrou ser justa. À tarde, mal começou a reunião ampliada e já se pedia o fim puro e simples do artigo 8º do regimento do Conclat — que permite à categoria convocar assembléia quando o sindicato não convoca. Houve porém contestação. "A simples revogação fortalece o cupulismo e o peleguismo" — disse um professor do Piauí. "Temos que ser contra as manipulações e não contra as categorias que querem participar e as diretorias não deixam" — completou o líder camponês *Pororoca*. Argumentou-se que, se era necessário regulamentar o artigo 8º para impedir delegações artificiais, não se podia suprimí-lo.

Jamil: "A luta pela unidade é dura, mas continuo a defendê-la"

Inclusive Urbano, diretor da Contag, defendeu esta posição, mostrando que o artigo 8º já é uma regra do jogo e revogá-lo significaria dificultar a unificação do movimento. "Se combatemos a estreiteza dos que fazem o encontro em São Bernardo — disse — não podemos ser estreitos".


Hugo: "mudanças no regimento"

Pérolas da defesa da estrutura vertical

Só que este alerta não comoveu quem estava lá para abocanhar e atrasar o movimento intersindical. Para eles o artigo 8º era apenas um detalhe. Hugo Peres, da Federação dos Urbanitários de São Paulo, foi quem serviu de porta-voz e abriu o jogo: "Não precisamos discutir apenas o artigo 8º, mas todo o regimento do Conclat". E mais: "Precisamos tirar aqui uma comissão organizadora do Conclat".

Um documento dessa ala deixa claras as mudanças que ela quer fazer no regimento. Propõe a redução do número de delegados de base. Afirma que "a realização de assembléias não passa de recomendação" e "cada entidade no gozo de sua autonomia escolherá os delegados segundo os critérios definidos internamente", pelas cúpulas sozinhas, é claro.

O documento nem cita a Pró-CUT, mostrando o rancor que ela desperta nos adeptos da articulação sindical verticalista. E propõe que se crie uma tal "comissão representativa do movimento sindical" para convocar o congresso no lugar da Comissão Pró-CUT.

Numa reunião reservada, as portas fechadas, onde as posições em luta tentaram chegar a algum acordo, no domingo de manhã, essa jogada ficou mais clara. Sentindo-se seguros numa pequena sala, alguns sindicalistas chegaram a afirmar sem papas na língua: "A assembléia no Sindicato não representa nada... Às vezes a gente perde, as posições da diretoria não vencem". Outro confessava que não se submete à Pró-CUT e até tem medo dela: "O nome já diz que se quer criar uma CUT e eu não concordo. As Confederações podem representar o movimento sindical..."

Na plenária final estas posições anti-CUT venceram. Simão Almeida, da Associação dos Servidores da Paraíba, comentava: "Os extremos se tocam. O pessoal da Anampos fala que a Pró-CUT não existe e alguns aqui lutam pelo seu fim. Não levam em conta o trabalho feito destes três anos de construção do movimento intersindical".

"A preliminar de quem organiza o Conclat não é uma questão de semântica — advertiu Célio de Castro. — Está em jogo a unidade, que passa pela preservação da Pró-CUT. Evidentemente ela tem debilidades, mas é o órgão capaz de abrigar todas as forças que atuam no movimento sindical".

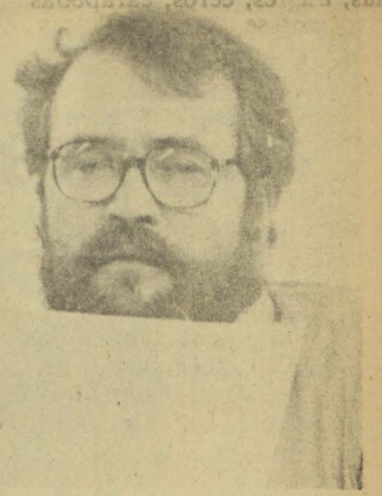
Mas estes apelos novamente de nada valeram. A concepção anti-CUT, com a vergonhosa ajuda de certa corrente participante na própria Pró-CUT, acabou agindo como rolo compressor. Marcou-se o congresso para os dias 4, 5, e 6 de novembro... na Praia Grande. Não se tocou, "no momento", no regimento interno mas excluiu-se do Conclat todas as associações de servidores públicos exceto as de nível nacional e estadual. E o pior: aprovou-se a diluição, quem sabe o fim da Comissão Nacional Pró-CUT, criando uma comissão de organização onde a ala anti-CUT tem maioria.

O lamento de Ivan: "Criamos um monstro"

Indignados, vários sindicalistas pediram para retirar seus nomes dessa comissão: Neves, dos Comerciários de Brasília; Bahia, dos Petroquímicos baianos; Célio, dos Médicos de Minas; Jamil, dos Médicos de São Paulo; e Wellington, do Sinpro de Minas. Jamil Murad declarou: "A luta pela unidade é dura, mas se faz com princípios e em cima da luta. Não podemos permitir a diluição da Pró-CUT. Não vou a São Bernardo pelo mesmo motivo por que não fico nesta comissão: a estreiteza".

Ao final da reunião, quem se mostrava abatido era Ivan Pinheiro, dos Bancários do Rio, que ajudara esse desfecho, dizendo que "é preciso superar as siglas". Ivan não se cansava de repetir: "Criamos um monstro!"

(Altamiro Borges)


Ivan: "criei um monstro"

Pelegos querem aprofundar a divisão

Velhas múmias do movimento sindical brasileiro saem de suas tumbas e tratam de aumentar a confusão espalhada pelas disputas exclusivistas que por ora levaram à inviabilização de um Conclat unitário. Com o divisionismo, estes inimigos do proletariado sentem-se encorajados para tentar recuperar parte do prestígio político que perderam com o avanço das lutas operárias.

Com estes objetivos, as Confederações dos Trabalhadores do Comércio, dos Transportes Terrestres, e da Indústria, sob inspiração do tristemente famoso Ary Campista, lançaram uma nota rejeitando qualquer articulação intersindical e defendendo a estrutura atrelada ao Ministério do Trabalho, representada pelas Federações e Confederações. Eles condenam o que chamam de "conclats e cuts", qualificadas de "entidades espúrias".

Mas logo se desmascaram. Falam em fazer "apelos e sugestões" ao governo e manifestam "irrestrita confiança ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República". Quanto à defesa dos interesses dos trabalhadores, limitam-se a propor a "mobilização dos dirigentes democráticos em torno de suas federações" — nada de mobilização de massas!

Em substituição ao Conclat, planejam "um congresso sindical nacional no qual todos os dirigentes sindicais autenticamente democratas tenham oportunidade de se manifestar..." Novamente, nada de massas, só dirigentes e só os *autenticamente democratas*, que na linguagem de pelego quer dizer traidor da classe operária e fervoroso anticomunista.

Ary Campista entra no seu Ford Landau, protegido por guarda-costas

Gente deste tipo só se sustenta ainda por causa da estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho e por causa do sistema repressivo que impera no país. Mas a ofensiva que agora iniciam deve alertar os sindicalistas e todos os trabalhadores. As concepções exclusivistas, o sectarismo, a realização de encontros isolacionistas, que englobam apenas parcelas do movimento sindical, em vez de combater, ajudam a ação destes elementos nefastos. Num movimento unitário, os trabalhadores discutem amplamente seus problemas, fazem avançar suas lutas e criam condições para isolar e derrotar os pelegos e todos os agentes patronais infiltrados.

Sindicalistas goianos não aceitam o divisionismo

Lideranças expressivas do movimento sindical de Goiás manifestaram, através de um documento divulgado à opinião pública no último dia 24, a disposição de não respaldar qualquer atitude divisionista que venha colocar em risco a unidade e autonomia do movimento sindical.

O documento — assinado por delegados eleitos para o Conclat, presidentes e diretores de Sindicatos — "acata a decisão da reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, realizada dia 14 de agosto em São Paulo, e dia 20 de agosto em Brasília, que adiou o Conclat, e decidiu pela continuidade da Comissão Nacional Pró-CUT como eixo unitário do movimento sindical brasileiro e desautorizou qualquer facção ou corrente política a utilizar o seu nome".

CONTRA A DIVISÃO

Os sindicalistas repudiam veementemente o envolvimento e financiamento externo de "determinada corrente" que atua no movimento sindical, que tem por objetivo a divisão, a criação de uma central sindical nacional controlada por "determinado partido político".

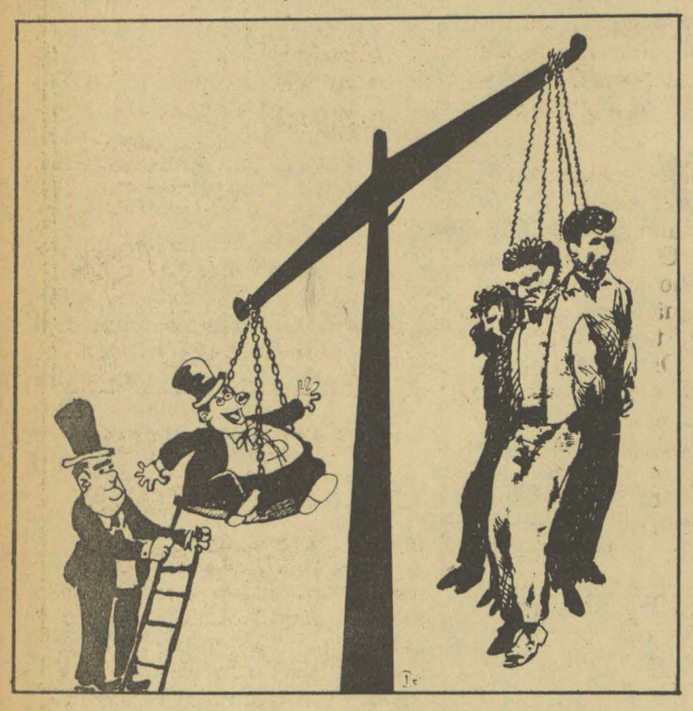
Sílvio Costa, presidente do Sindicato dos Professores e um dos signatários do documento, é enfático na defesa da unidade do movimento sindical: "Não admitimos" — diz ele "nenhum tipo de divisionismo dentro do movimento sindical, venha de onde vier. Repudiamos os dólares da social-democracia da Anampos-PT, que pretende realizar um encontro divisionista em São Paulo. E também não podemos admitir que os cruzeiros do Ministério do Trabalho sejam utilizados para dividir o movimento sindical, a exemplo das decisões da reunião ampliada nos dias 20 e 21 em Brasília".

(da sucursal)

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Mais de mil serão demitidos na Voith

Os operários da Voith vivem momentos de verdadeiro desespero. Há mais de um mês está havendo demissões na empresa. Diariamente vão embora dez funcionários em média. E, segundo se comenta, a empresa pretende demitir perto de mil operários. Em virtude dessas demissões, aliada à falta de informação, foi criada uma situação insustentável.



Como uma pequena amostra deste estado de coisas, temos dados fornecidos pela Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA - mostrando que o número de acidentes duplicou e em certos casos até triplicou dentro da empresa. Estes acidentes foram causados pelo estado emocional dos operários na iminência de serem demitidos a qualquer momento.

Temos que acabar com esta situação. Não adianta ficarmos apavorados e muito menos trabalharmos apenas para garantir o nosso emprego. Nossa única arma para enfrentar e barrar essas demissões é a nossa união. Temos que discutir mais com os companheiros sobre isso e juntamente com o nosso Sindicato exigir que cessem as demissões. Temos vários exemplos de conquistas feitas pela união e organização dos operários. Vamos também passar a exigir nosso direitos. **(Um operário da Voith — São Paulo SP)**

Demissão de uma afeta todos os operários

A Asama Indústria de Máquinas, multinacional francesa, tem 140 operários em São Paulo, sendo pouco mais de dez temporários - companheiros admitidos na empresa através de agência. A empresa possui jornal de fábrica. Existe também uma comissão de fábrica, com seu jornal, e a Cipa.

Com relação à comissão de fábrica, é preciso que se tenha um censo de crítica e autocrítica. Um exemplo é a questão das demissões. A empresa se comprometeu a não demitir nenhum companheiro durante três meses, com acordo assinado e tudo. Mas continua demitindo.

Este fato constitui um rompimento do acordo e exige um firme posicionamento da comissão contra as demissões e pelo cumprimento do acordo, o que até agora não aconteceu. É preciso organizar os operários para não aceitar qualquer demissão. A comissão de fábrica tem que utilizar sua estabilidade e representatividade para mostrar que a demissão de um companheiro afeta a todos, pois não sabemos quem será o próximo.

Paira no ar um clima de tensão, medo e insegurança. Esperemos que seja dissipado na medida em que nos conscientizarmos de que, unidos, seremos uma força invencível. **(Um companheiro da Asama — São Paulo, SP)**

Guararapes fecha e abandona trabalhadores

A Guararapes, fábrica de confecções, fechou de repente sua fábrica em Mossoró, demitindo mais de mil operários e funcionários.

Essas demissões ocorreram sem qualquer aviso, sem dar qualquer oportunidade dos referidos operários procurarem outro emprego. Foi uma catástrofe para nosso povo. Ninguém pode calcular os rios de lágrimas derramadas pela parada repentina dos meios de vida da classe.

Dizem que foi vingança do poderoso chefão da empresa Guararapes, chamado Nevaldo Rocha (ele tem mais de 60% das ações da empresa) porque o governo do Estado não lhe deu nova isenção de impostos.

Companheiros de todo o Brasil! Vamos responder a essa perversidade com o protesto de jamais comprar qualque produto da Guararapes. Que as lojas de produtos Guararapes e Riachuelo, sua associada, sejam boicotadas por todos, pois só assim derrubaremos esse monstro chamado Nevaldo Rocha. Abaixo as Confecções Guararapes, abaixo as Confecções Pool, sua associada! **(Seguem-se 5 assinaturas — Mossoró, Rio Grande do Norte)**

Reba não admite funcionário doente

Lionísio Pereira da Silva, 32 anos, casado, pai de 5 filhos, era conhecido como um dos melhores pedreiros de Correntina, até o dia em que caiu no conto do "bom emprego" na Reflorestadora Bahia, Reba, dirigida pelo Coronel do Exército Arioni.

Leonísio e família em Correntina

Na Reba, ele fazia de tudo. Era pedreiro, carpinteiro e mais o que lhe fosse exigido. Sua experiência foi terrível. Assistiu Andrade e Cintra, fiscais da empresa, expulsarem diversas famílias de suas terras para assegurar a expansão da reflorestadora.

"Eu trabalhava todos os dias desde a manhã até a noite, inclusive aos domingos — disse ele. Morava numa casinha de adobe coberta de telha. Foi lá que um barbeiro me mordeu atrás da orelha". Doente e com febre pela picada, o único remédio que recebeu foi a pomada Furacin, pela qual teve que pagar 800 cruzeiros. Longe de sua mulher e filhos, começava a padecer de uma doença até hoje sem cura, a doença de Chagas. Ao ser comprovada a doença, Lionísio foi demitido da Reba jogado na rua sem eira nem beira. "O capitão do Exército Giovani, também chefe da Reba, disse que me manter encostado seria 'quebrar a empresa'. Nunca recebi salário integral, nem hora extra, nem qualquer outro direito" — declara Lionísio. A Reba nunca recolheu INPS.

"Em 1982 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina me encaminhou ao Funrural como portador de Chagas para ver se eu me aposentava. Mas como o Funrural age lentamente, até hoje não fui aposentado".

Lionísio vive numa casinha cedida pela Igreja e o Sindicato luta para resolver este e outros problemas que acontecem nesta região. A Reba, como já foi denunciado na **TO**, implanta a escravidão e o terror contra os posseiros e assalariados. Mas temos a certeza de que um dia o povo dará sua resposta se levantando contra as injustiças. Será, como diz a canção, "a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar". **(Do correspondente em Correntina, Bahia)**

Posseiros defendem suas posses de armas nas mãos

Eu, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará, José Galvão, e membro da executiva da Pró-CUT Estadual venho denunciar o descaso das autoridades competentes em relação aos acontecimentos ocorridos nas proximidades da BR 316.

Os posseiros são marginalizados pelo domínio dos latifúndios, recebendo ordens judiciais para desocupação de suas terras, alguns deles com mais de 15 anos de posse. Porém eles têm resistido usando armas de fogo para responder às injustiças impostas pelo atual sistema.

Ocorreu que os posseiros de Paragominas, ameaçados por um fazendeiro daquele município, que os retirava com a ajuda de jagunços armados de revólveres e espingardas, não conseguiram nenhuma ajuda dos canais competentes, como Justiça e órgãos administrativos. Resolveram então se organizar e esperar a reação do fazendeiro. Ele mandou um bloco de jagunços armados no dia 16 de agosto. Mas encontrou os posseiros preparados e organizados.

Surgiu então um conflito armado. Dois jagunços morreram e três ficaram feridos. Esta foi a maneira mais viável que os posseiros encontraram de defender a terra de onde tiram seu sustento e contribuem para a alimentação das cidades. **(José Galvão de Lima — São Francisco do Pará, Pará)**

Grupo Pão de Açúcar amarga a vida da copeira

Sou funcionária da Wells Rest S/A, empresa do Grupo Pão de Açúcar. E venho através desta denunciar as arbitrariedades de que fui vítima no recinto da referida empresa.

Trabalhava junto com outras funcionárias no setor de restaurantes, na seção denominada D3, no cargo de copeira "B".

No dia 21 de julho próximo passado, ao entrar em serviço às 10 horas, fui solicitada na portaria, acompanhada pela guarda Dejanira, para uma revista no meu ármario. O armário foi aberto pela guarda, que estava de posse de outra cópia da chave. Foram encontrados alguns sabonetes que não sei como lá foram parar. Fui então solicitada a trabalhar mais tarde e ir até a chefia da guarda de segurança, onde estavam a guarda Dejanira, o chefe de segurança, Pero Vaz, e o gerente. O chefe de segurança me ameaçou com um revólver. Após isto fui enviada ao Departamento de Pessoal da empresa, na rua Tabapuã, 821. Lá fui informada de que deveria voltar no dia 11 de agosto para fazer recisão do contrato. Neste dia, voltando ao Departamento de Pessoal, fui informada de que fora demitida por "justa causa". O funcionário Jair negou-se a dar baixa em minha carteira e a fornecer mais esclarecimentos sobre o fato. Meu irmão, procurando saber o que havia acontecido, também foi ameaçado com revólver pelo chefe de segurança, Pedro Vaz. **(H.P. — São Paulo, SP)**

Hospital parece uma prisão

Os funcionários do Hospital 9 de Julho S/A estão sendo massacrados no ambiente de trabalho devido às normas absurdas que nele vigoram.

Há pessoas que fazem 18 horas de trabalho e não podem trazer lanche de suas residências. E o hospital não fornece alimentos necessários. Quando o funcionário come o pouco que eles às vezes dão é obrigado a pagar, ou seja, é descontado em sua folha de pagamento.

Há funcionários que fazem o horário de 12 horas durante 3 turnos seguidos e o hospital obriga-os a trabalhar uma hora a mais.

O pessoal do horário noturno não marca seus cartões de ponto por não ter hora de descanso. Além disso a direção do hospital coloca um homem fazendo ronda afim de pressionar os funcionários. Quem é pego sentado em um momento de folga é mandado embora sem nenhum direito.

As mulheres grávidas trabalham 12 horas sem descanso e passando fome já que não podem trazer alimentos e os hospital não fornece alimento. Quando o funcionário fica doente no horário de trabalho é mandado para o Hospital Matarazzo, pois o 9 de Julho não aceita consultas de seus empregados. Depois o funcionário é obrigado a voltar para justificar a dispensa, mesmo se for altas horas da noite.

Os funcionários são obrigados a pagar os uniformes, que custam no mínimo 25 mil cruzeiros. Segundo a administradora, dona Joana, funcionário que entra em serviço não tem direito nem de ir ao banheiro. Quem é demitido nunca recebe seus direitos. Ninguém recebe insalubridade. O 9 de Julho é pior que um campo de batalha. **(Amiga da TO — São Paulo, SP)**

fala o POVO

Recebemos uma carta de um operário da Voith denunciando as demissões em massa e o aumento do número de acidentes na empresa devido ao estado emocional dos operários frente a esta situação. Os remetentes da carta destacam que a única forma de resolver este problema é a união e a organização dos trabalhadores.

Os operários da Asama, de Guararapes e de centenas de outras empresas em todo o país seguramente se sentirão estimulados pelo exemplo dos operários da Voith, que não baixaram a cabeça frente aos problemas que enfrentam. **(Olívia Rangel)**

Comerciários da Paraíba obtêm grande vitória

Denunciamos que 116 menores trabalhavam sem carteira assinada, recebendo a quantia de Cr$ 2.400,00 por mês, de acordo com convênio firmado entre a Fundação do Bem-Estar do Menor e o Supermercado Bompreço S/A.

Segundo Ivan Freire, presidente do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande, este convênio era imoral, pois visava apenas explorar trabalhadores, sem nem respeitar as exigências da CLT. Por outro lado, isso também provocava desemprego, pois a empresa demitiu 60 funcionários para colocar em seu lugar esses menores recebendo muito menos.

O Sindicato entrou com uma reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho contra o Bompreço, que demitiu imediatamente os garotos sem pagar as devidas indenizações.

A própria CLT anula qualquer tipo de contrato que contrarie a proteção do trabalho. Baseado nisso, o Sindicato levou a luta pela indenização, obrigando a empresa a pagar os direitos daqueles menores, o que aconteceu depois de negociação entre o Sindicato, representando os menores, e o Bompreço.

Esta conquista foi considerada uma grande vitória por todas as entidades representativas do movimento sindical. No dia em que os menores íam receber seus direitos, o Sindicato promoveu uma reunião geral com eles e seus pais, onde o presidente procurou mostrar-lhes a importância daquela vitória e do papel do Sindicato.

Advirto os companheiros de todo o Brasil de que convênios desse tipo estão se espalhando por todos os supermercados do país, e convido todos a lutarem para que essa "moda" não pegue, pois ela só aumenta a exploração dos trabalhadores. **(Ivan Freire — presidente do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande, Paraíba)**

Angolanos em Portugal apóiam Tribuna Operária

Pertenço a um grupo de pessoas naturais de Angola, que acidentalmente residem em Portugal.

Somos simpatizantes da doutrina marxista-leninista, fato este que nos pôs em contato com o jornal **Tribuna Operária** pois a curiosidade de saber a realidade e a luta dos outros povos é para nós um incentivo. Desde há bastante tempo, a procura de informação realista sobre o Brasil nos preocupa, porque só nos é dado a conhecer o seu lado talvez mais negativo, ou seja, "o país do futebol e do carnaval".

Por esta razão gostaríamos de vos dirigir um pedido particular, no sentido de nos enviarem as vossas publicações, ou seja, o jornal e a revista "Princípios". Estamos conscientes das vossas dificuldades e do combate que travam arduamente, para trazer à luz do dia o combate da classe operária brasileira. Por isso gostaríamos de contribuir também. Pedimos que nos enviem talões de assinaturas ou outros meios de pagamento. E se não for demais, pedimos que nos enviem já pelo menos alguns números para que pudéssemos mandar para o interior de Angola onde possuímos amigos e familiares, também sensibilizados para estar questões.

Reafirmamos nossa disposição de colaborar em tudo que vocês acharem possível (tal como informações sobre a situação de nosso país), assim como nossa incondicional solidariedade ao jornal **Tribuna Operária**, vítima da violência do Estado. **(M.T.S. - Lisboa, Portugal)**

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Esquerdismo e peleguismo

"Não pode deixar de nos parecer um absurdo ridículo e pueril as conversas muito sábias, importantes e terrivelmente revolucionárias dos esquerdistas alemães acerca do tema de que os comunistas não podem nem devem trabalhar nos sindicatos reacionários, de que é permissível recusar-se a este trabalho, de que é preciso sair dos sindicatos e criar obrigatoriamente uma 'união operária', muito novinha, muito limpinha..."

OS PUROS

Esta crítica de Lênin, feita em 1920, tem inteira validade até hoje. Mas agora, o esquerdismo se mostrou tão útil ao imperialismo que organizações como a Anampos recebem milhares de dólares para levar à frente esta política sectária, para criar outras formas de organização "muito limpinhas", a pretexto de combater os pelegos.

O problema do combate aos pelegos não pode ser feito com base em esquemas doutrinários sem levar em conta a vida real das massas e a sua compreensão sobre as batalhas a serem travadas. De nada valem encontros isolados de pelegos ou anampistas e deliberações retumbantes se isto não tem como conseqüência a ação prática das massas.

Lênin esclareceu: "Travamos a luta contra a aristocracia operária em nome da massa operária e para atrair para o nosso lado; travamos a luta contra os chefes oportunistas e social-chauvinistas para atrair a classe operária para o nosso lado. Seria uma estupidez esquecer esta verdade elementaríssima e evidentíssima". E acrescenta mais adiante: "Para saber ajudar a massa e conquistar a simpatia, a adesão e o apoio da massa é preciso não temer as dificuldades, as chincanas, as armadilhas, os insultos e as perseguições por parte dos *chefes* e trabalhar obrigatoriamente onde está a massa."

AÇÕES UNITÁRIAS

A unidade do movimento sindical, principalmente em épocas de crise como a que enfrentamos atualmente, relaciona-se com a capacidade das massas de lutarem em conjunto contra a pressão patronal. Se esta ou aquela direção sindical toma o rumo da traição aos interesses operários, o caminho não é o de marginalizar toda a categoria, mas encontrar formas para manter a classe unida e derrubar os traidores. A criação de duas ou mais centrais sindicais, longe de favorecer este caminho, "abandona" parcelas de massas sob a tutela dos pelegos e divide as massas, criando obstáculos para a ação unitária contra o capital.

A greve geral de 21 de julho teve êxito exatamente onde o movimento sindical permaneceu unido. Ou seja onde até mesmo os pelegos — a contragosto certamente — acabaram emprestando apoio ao movimento. Onde se dividiu, mesmo tendo uma parcela dos sindicatos apoiando a greve, a paralisação não saiu. A lição que se deve tirar é que através da unidade pela base, em torno de problemas concretos, pode-se levar a uma unidade sindical que beneficie o conjunto dos trabalhadores.

MESMA MOEDA

Sendo assim, o sectarismo promovido pela Anampos não tem mais o simples caráter de um equívoco de jovens apressados. Depois da longa batalha travada por Lênin contra o "esquerdismo", depois da experiência do movimento sindical, no Brasil e no resto do mundo, onde a divisão só serviu à burguesia, fica evidente que os divisionistas da Anampos e os sabotadores pelegos são duas faces da mesma moeda. Cada um cumpre a sua parte no jogo, sob o comando patronal.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

Sucursais:
ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS — Manaus:** Rua Simon Bolivar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ — Belém:** Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. **MARANHÃO — São Luiz:** Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUÍ — Teresina:** Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar CEP 64000. **CEARÁ — Fortaleza:** Rua do Rosário, 313, sala 206. CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4, CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE — Natal:** Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim CEP 59000. **PARAÍBA — João Pessoa:** Rua Padre Meira, 30, sala 108, CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. **PERNAMBUCO — Recife:** Rua do Sossego, 221 — Boa Vista — CEP 50000. **Cabo:** Rua Vigário Batista, 239, **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3, CEP 55300. **ALAGOAS — Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183, Centro. CEP 57000. **SERGIPE — Aracajú:** Rua João Pessoa, 299, sala 28, CEP 49000. **BAHIA — Salvador:** Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101, CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12, CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204, CEP 45600. **MINAS GERAIS — Belo Horizonte:** Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605. CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411, CEP 36100. **GOIÁS — Goiânia:** Rua 27. nº 69 Centro - CEP 74000 - Goiânia-GO **DISTRITO FEDERAL — Brasília:** Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul, CEP 70317. **MATO GROSSO — Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095, CEP 78000. **ESPÍRITO SANTO — Vitória:** Rua Vitória, 961 - Forte São João - CEP 29000 - Vitória-ES - **RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro:** Rua São José, 90, sala 2208, CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira, CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807, CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101, CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605, CEP 26000. **SÃO PAULO — São Bernardo do Campo:** Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar, CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Sta. Catarina, 39, sala 303, CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 592, CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar, CEP 17500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367, CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119, CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, 7, CEP 11100. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7, CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 632, sala 5, CEP 12100. **PARANÁ — Londrina:** Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8, CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre:** Rua General Câmara, 52, sala 29, CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montaury, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100. Rua Andrade Neves, 1589 sala 403 - Pelotas-RS. CEP 96100.

A **TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e Impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8 Tels. 263 3115. São Paulo-SP

Pradinho, medalhas de ouro para o nosso desvalorizado esporte amador

No Pan, o brilho das estrelas solitárias

A desorganização é a principal característica dos IX Jogos Panamericanos, com falta de luz e água nos alojamentos e de lugares para treinos. Estados Unidos e Cuba lideram os jogos, enquanto o Brasil comemora as conquistas de estrelas individuais.

Desde os primeiros dias, com a chegada dos atletas, começaram os problemas nos alojamentos. Com a falta de água, não era possível tomar banho, como reclamaram diversos competidores. A Venezuela, que como o Brasil vive dificuldades econômicas, não completou em tempo a construção da Vila Olímpica. Outro problema foi com os treinos: a seleção feminina de basquete do Brasil viajou uma hora e meia da Vila até Caracas e acabou sem treinar, pois o local estava ocupado.

HEGEMONIA DOS "GRANDES"

As provas disputadas até agora já indicam quem ficará novamente com a hegemonia do esporte nas Américas. Estados Unidos e Cuba disparam na liderança e deixam para trás os demais concorrentes, entre os quais se destacam o Canadá, o Brasil e a Venezuela.

Não é novidade o predomínio de americanos e cubanos no Pan. Desde o início das disputas os dois países aumentam sempre o número de medalhas. Resta aos outros tentar uma melhor colocação no bloco intermediário.

O BRILHO DE RICARDO PRADO

Com os primeiros resultados, o Brasil parece repetir as colocações anteriores. Nos dois últimos jogos conquistamos respectivamente 44 e 39 medalhas, ficando com o quinto lugar. Sempre vivemos do brilho de estrelas individuais, que superam as dificuldades do esporte amador no país e nos trazem medalhas e recordes.

Neste Pan, o maior destaque do Brasil é o nadador Ricardo Prado, que arrebatou duas medalhas de ouro e uma de prata. Pradinho é um exemplo do que tem de fazer um esportista brasileiro para obter sucesso. Depois que foi aperfeiçoar-se nos Estados Unidos tornou-se recordista mundial e colecionador de medalhas.

Os outros esportes em que o Brasil tem boas chances são os já tradicionais privilegiados, como o vôlei e o futebol. Por isso, enquanto todos estão na desconfortável Vila Olímpica, os atletas do vôlei e natação foram transferidos para um hotel de luxo em Caracas.

(Silvio Queiroz)

Buscando um canto para morar

Os jornalistas Domingos Abreu e Olívia Rangel, da **Tribuna Operária,** de uns anos para cá vem acompanhando de perto o problema da moradia em S.Paulo. Como profissionais, e também como pessoas empenhadas na transformação da realidade que é hostil ao povo, estudaram o assunto, entrevistaram favelados, mutuários do BNH e ocupantes de terrenos e conjuntos habitacionais.

Como resultado desse trabalho eles escreveram "Eu não tenho onde morar", que o Centro de Cultura Operária de São Paulo publicou, ilustrado com as fotos que deram a Luís Carlos Leite (também da **T.O.**) o prêmio Wladimir Herzog em 1981. O livro, de 58 páginas, aborda a crise habitacional, os problemas dos grileiros urbanos, a ocupação de terrenos e de casas. Os autores concluem: "A crise habitacional em nosso país não é casual. Está intimamente ligada ao sistema econômico que joga milhares de desempregados nas ruas, que expulsa os camponeses pobres e posseiros de suas terras, que deixa mais de 25 milhões de menores abandonados e sem escola, que abre descaradamente as portas de nosso país para o imperialismo nos saquear. E o problema da moradia, como tantos outros, só será resolvido com mudanças radicais em nossa sociedade".

"Eu não tenho onde morar" pode ser adquirido junto ao CCO, rua Maria José, 325, Bela Vista, São Paulo, ao preço de Cr$ 600,00.

(Carlos Pompe)

DOMINGOS ABREU/OLIVIA RANGEL/L.C.LEITE

Um livro sobre a luta por moradia

Publicações da Editora Anita Garibaldi

O imperialismo e a revolução (Enver Hoxha)	Cr$ 800,00
Farabundo Martí, herói do povo de El Salvador	Cr$ 200,00
Educação revolucionária do comunista (Diógenes Arruda)	Cr$ 500,00
Pela liberdade e pela democracia popular (João Amazonas)	Cr$ 500,00
Socialismo, ideal da classe operária e anseio de todos os povos (João Amazonas)	Cr$ 500,00
O revisionismo chinês de Mao Tse Tung (João Amazonas)	Cr$ 800,00
Discurso aos eleitores (Enver Hoxha)	Cr$ 300,00
Relatório ao 8º congresso do PTA (Enver Hoxha)	Cr$ 800,00
Guerrilha do Araguaia	esgotada
Os comunistas e as eleições (Lênin)	Cr$ 400,00
Princípios (revista teórica), nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6	Cr$ 500,00

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. (com envio de cheque nominal no valor da compra). Rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050. Bela Vista, São Paulo, Capital.

As trapalhadas chegam ao fim

Dias atrás a notícia foi capa dos jornais: Dedé, Didi, Mussum e Zacarias, *Os Trapalhões,* estavam se separando. O grupo humorístico de maior êxito da tevê e do cinema brasileiros desfazia-se devido a desentendimentos financeiros. A *Tribuna Operária* pediu a outro humorista, Henrique Sousa Filho, o Henfil, que abordasse o assunto.

T.O. Qual a sua reação ao saber da separação dos Trapalhões?

Henfil. Eu já sabia que isto estava acontecendo. O Renato Aragão trabalhava sozinho em muitas coisas. Tinha nas mãos um controle maior do grupo, tanto econômico como nas idéias. Os outros três trabalhavam separados e tinham uma parte minoritária na coisa. Na verdade a relação deles acabou no dia em que foram para a Globo. Até ali era um mutirão, um trabalhoi conjunto. Na *Tupi* eles tinham problemas de salários, de técnicos, de organização. Era uma emissora em decadência, e eles seguravam. Era o único programa que superava a *Globo,* ganhava do "Fantástico". *Os Trapalhões* eram favelados. Um veio do Nordeste, outro de Minas, outra das favelas cariocas, outro do circo. Na tevê eles iam arrumando tudo na base do papelão, improvisando. Eles eram bem isso: aperta e eles produzem, criam. Uma resposta do ser humano a este massacre que é a tecnologia. Eles atrapalhavam a cibernética na tevê. Brincavam com as câmeras, com o cenário, com tudo, e era gostoso. De repente caia uma escada, e isto era incorporado à piada. O ser humano em alta criatividade. De repente esta família favelada da televisão é transportada para um conjunto programado, controlado, produção em série, cheio de organograma, como a tevê *Globo.* Caiu a produtividade. Houve uma crise. Mas eles conseguiram fazer com que a *Globo* cedesse, e recuperaram a improvisação e um pouco de pobreza anterior, que era muito rica. Começaram a fazer uma mini-favela dentro da *Globo.* Mas o trauma marcou definitivamente. Começaram a fazer negócios. Você sabe, na favela você combina boca a boca, a palavra vale... Mas na *Globo* você começa a assinar contrato, com aquela coisa do alto capitalismo. Porcentagens... Eu acredito que *Os Trapalhões,* na *Tupi,* recebiam o dinheiro e dividiam na hora. Mas na *Globo* a coisa já era no papel, porcentagem... E a partir dessa situação, a maior reclamação que eles fazem na separação é com relação a que uma parte recebe menos...

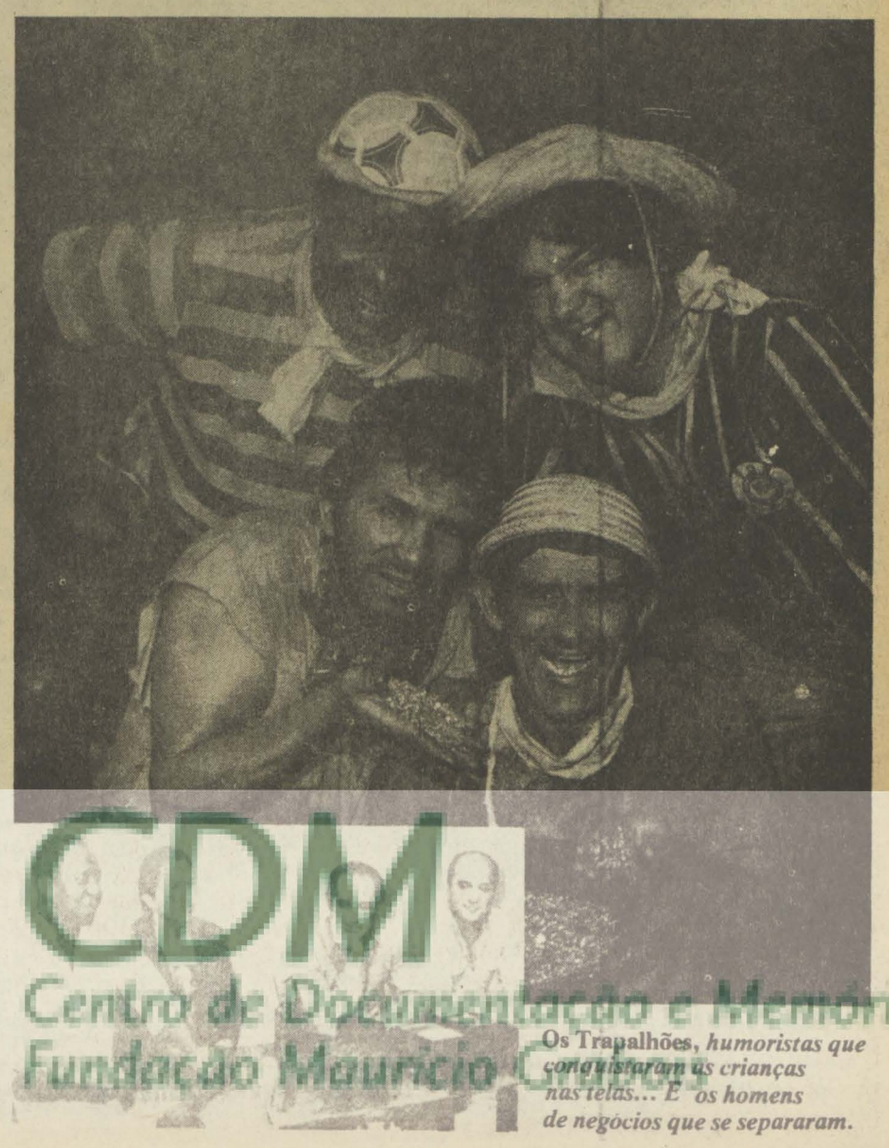
T.O. Como fica a continuidade do grupo, agora?

Henfil. Eu acho que a arte, a alma do grupo continua com um deles, com o Mussum. Então, aquilo que estava dentro do Renato Aragão, hoje está com o Mussum. Um cara que vem da música, que é um negro, que nunca vai superar, mesmo sendo rico, o preconceito... O Mussum então é aquele que as crianças sorriem ao ver... O Mussum continua com a alma limpa. O grupo tem condições de existir de novo em torno dele. O Renato Aragão foi ficando (em vez de ingênuo) cruel, irônico, mau. Todo mundo sabia que iria, num determinado momento, passar todos os outros para trás nas piadas. Você pode notar: em várias piadas os três se reúnem, armam uma confusão e se dão mal. Daí vem o Didi, o Renato, e se dá bem. Ele acabou virando a bruxa da história, e não percebeu isso...

Os órfãos que *Os Trapalhões* desiludiram

Em sua avaliação sobre *Os Trapalhões,* Henfil destaca como o rompimento do grupo afeta as crianças. Fez inclusive uma charge sobre o assunto. Eis seu depoimento:

"Acho que *Os Trapalhões* não atentaram que as crianças compraram o grupo, que eles são de propriedade delas em primeiro lugar, e depois do resto. As crianças se identificaram com eles, e adquiriram todos os direitos sobre eles. Por que? Porque eles têm um espírito de liberade que as crianças adoram e cultuam. Eles são um grupo, e as crianças adoram quando há solidariedade. É aquele negócio: quando o Zorro está num aperto, vem o Tonto e salva; quando é o Robin, vem o Batman; se é o Fantasma vem o cachorro... Então as crianças se identificam com o grupo que trabalha junto, que brinca junto, e de repente o grupo se separa. Faço uma professia: as crianças não vão perdoar esta agressão. Não vão aceitar que o Renato Aragão more numa casa e que os outros três morem em outra (que criança tem disso, deve pensar que todos moram juntos). Tenho a impressão de que as crianças vão optar pelo Mussum, Dedé e Zacarias. Não por que eles sejam mais geniais, mas porque eles estão juntos. As crianças não vão perdoar quando virem os três juntos e o Didi separado. Digo isto porque um dia vi o Renato Aragão numa propaganda sozinho, e um menino ficou perguntando: 'Cadê o Mussum? Cadê o Mussum?' "



Os Trapalhões, *humoristas que conquistaram as crianças nas telas... E os homens de negócios que se separaram.*

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Tribuna Operária

O que dizem as vozes da seca

Os sertanejos cearenses, no quinto ano de uma das três piores secas de toda a história do Estado, clamam por trabalho, comida e reforma agrária. Foi o que constatou a comitiva de 15 deputados federais do PMDB, PT e PDT que vem de estar em Fortaleza e em algumas das regiões mais castigadas pela calamidade, inclusive os *bolsões da seca*.

• Em Sobral, segunda cidade do Ceará, uma criança foi surpreendida ao tentar assar um pedaço da irmã, que matara para saciar a fome.

• Quando o trem da Zona Norte esvaziou-se, na Estação de Fortaleza, recentemente, dois cadáveres de flagelados ficaram pelos bancos.

• Mil mulheres invadem Camocim e se concentram em frente à Prefeitura na manhã do dia 19; algumas desmaiam de fome ali mesmo.

• Durante a visita do presidente em exercício Aureliano Chaves a Crateús, com numerosa comitiva, a Prefeitura gastou Cr$ 4 milhões na recepção.

• Nos bolsões de Santa Fé e Tamandaú, a 13 de maio, o tenente responsável avisa às 16 horas que o pagamento será no 4º Batalhão de Infantaria de Crateús, distante 7 kms., e "quem chegar depois das 17 horas não recebe". Uns 500 sertanejos saem correndo pela estrada, pulando cercas, para depois esperarem até às 21 horas e serem xingados por um major. De outra vez, militares puseram flagelados de joelhos, no sol do meio-dia.

• Geraldo Alves da Silva, 23 anos, três filhos, após dois meses a farinha e pão, andou 40 kms, com 60 companheiros, para saquear o armazém da Cibrazem em Senador Pompeu; acabou no hospital, baleado na garganta.

• Em Apuiarés, as famílias de Raimundo Moura Lopes e Francisco Marcolino da Silva alimentavam-se, até o dia 22, de *calangos* (lagartixas) caçadas nas paredes de suas próprias casas de taipa.

Francisco Marcolino, com a família: dieta de lagartixa assada

Em Fortaleza os parlamentares participaram de movimentado ato público, na noite do dia 18. Cerca de 5 mil pessoas se espremiam na Praça do Ferreira para vê-los e ouvi-los. Um aplauso entusiasmado explodiu quando o deputado Mário Juruna, após criticar severamente o regime militar, disse que para o povo sair dessa miséria "precisa de revolução".

Horas antes, os deputados haviam estado com o governador Luís Gonzaga Mota. Mas ao chegarem ao Palácio da Abolição encontraram à porta centenas de pessoas que estavam sendo despejadas das favelas Verdes Mares, Trilhos e Lagoa Seca e tentavam, pela terceira vez sem êxito, marcar uma audiência com o governador. Este foi obrigado então, sob pressão dos representantes do Legislativo, a receber os favelados e garantir que resolveria o problema da ameaça de expulsão.

Devido à seca, calcula-se que até o final do ano virão à capital cearense cerca de 250 mil retirantes, que se somarão aos 400 mil favelados já existentes. Os dados foram fornecidos pelo próprio governador, em recente palestra na Escola Superior de Guerra.

Gonzaga Mota abriu a discussão falando da necessidade do "consenso" e da "união de todas as forças para resolver os problemas do Estado". A certa altura, dedo em riste, disse que "muitos da oposição não têm, como eu, a coragem de defender a redistribuição de renda". A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) perguntou-lhe então "qual é a orientação que o senhor dará à sua bancada frente ao decreto 2045". O governador esquivou-se dizendo que não estava ali para falar de política salarial e sim

Segundo o governador do Ceará, 250 mil retirantes irão se juntar este ano aos 400 mil favelados de Fortaleza

de seca. E quando a deputada Bete Mendes (PT-SP) solicitou a palavra, cortou-a bruscamente. Por fim, após uma longa explanação de seu secretário de Obras, bateu em retirada, sem discutir as questões.

Além de comida e trabalho o Sertão quer o fim da LSN, dos pacotes de arrocho e "reforma agrária autêntica"

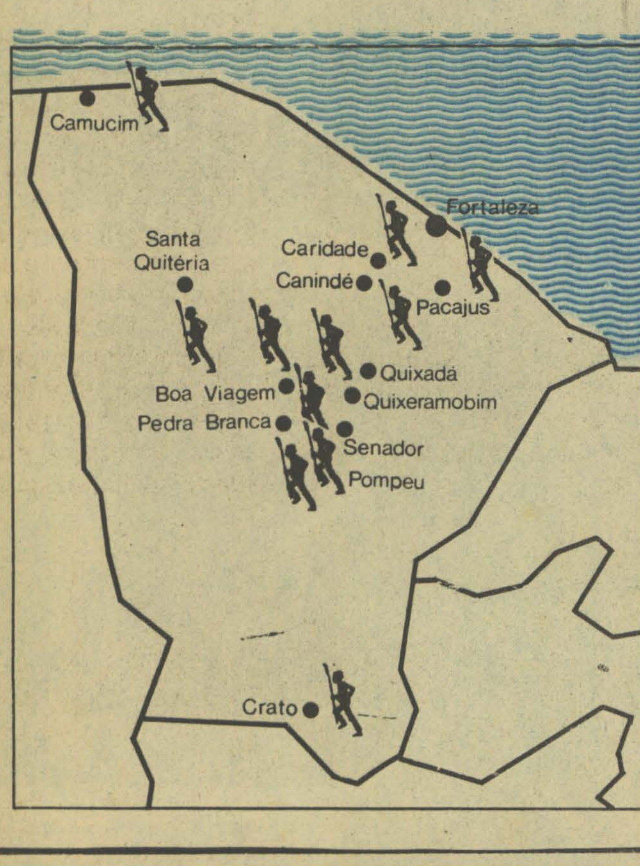
A comitiva não ficou apenas em Fortaleza. Visitou, por exemplo, Novo Oriente, 35 mil habitantes, nenhuma casa de saúde, creche ou maternidade, que há cinco anos era o maior produtor de feijão do Ceará e hoje não produz nada. Constatou diretamente como é o trabalho nos bolsões da seca — as frentes de trabalho abertas pelo governo. Ali, as mulheres e meninos de mais de 14 anos fizeram até passeatas em frente à Prefeitura, exigindo trabalho. Conseguiram 1.300 vagas nos bolsões, onde fazem o mesmo trabalho dos homens adultos, sob o sol causticante.

Com a fome, muitos trabalhadores desmaiam. No bolsão denominado Mãe de Deus, foram citados os casos de desmaio de Porfírio Gomes de Araújo e Francisco Araújo de Carvalho. Todas as obras são nas propriedades de prósperos fazendeiros. E os salários, de Cr$ 15.300,00, estão atrasados desde junho.

Em Tauá e Parambu, no sertão dos Inhamuns, um dos mais assolados, os visitantes puderam constatar também que os sertanejos sabem bem o que querem. Receberam documentos de várias entidades, com as reivindicações específicas dos trabalhadores alistados nos bolsões, dos vazanteiros, desempregados, funcionários públicos. E também exigências unânimes, mais gerais: "O fim dos pacotes econômicos e do arrocho salarial que atinge todo o povo; uma reforma agrária autêntica; e o fim da Lei de Segurança Nacional, que vem atingindo a muitos líderes sindicais".

(Carmem Terra, da sucursal)

Alistados nos bolsões: eles ganham Cr$ 15.300 por mês, quando ganham...



Na foto, flagelados, mulheres e crianças, num total de 8 mil, saqueiam açúcar, margarina e óleo no posto da Cobal de Canindé. A aglomeração de flagelados deveu-se ao anúncio, pela rádio local, de que havia grandes quantidades de víveres a serem distribuídos, dentro de uma campanha patrocinada pela primeira dama do Estado. O mapa indica as 11 cidades do Ceará onde houve invasões e saques, nos dez dias entre 14 e 23 de agosto. Em Quixeramobim, Camocim e Pacajus, a maioria dos invasores era de mulheres. Em Canindé e Senador Pompeu houve violentos choques com a polícia. As ações dos flagelados deverão se multiplicar até 1985, quando, segundo os especialistas, a seca tenderá a acabar.

Iranildo (ao microfone) e Guedes (à direita) no ato público em Fortaleza

Os parlamentares contam o que viram

Os últimos deputados da comitiva a deixarem o Ceará foram Iranildo Pereira (PMDB-CE), o organizador da viagem, e José Luis Guedes (PMDB-MG). A *Tribuna Operária* entrevistou os dois parlamentares na noite de terça-feira, pouco antes deles regressarem a Brasília:

Iranildo: Supervalorizam as terras com suor e sangue, com as lágrimas e a morte"

"A seca — disse Iranildo — tem servido para que os governantes estabeleçam uma política de degradação e aviltamento, de angústia e desespero, de uma total dominação do camponês, chegando quase à escravidão.

"A inclusão dos trabalhadores nos bolsões tem caráter partidário e politiqueiro, isto é: emprega-se inicialmente os vereadores, esposas de políticos, filhos de fazendeiros, que só comparecem no dia do pagamento, quando não passam procuração para outros; os trabalhadores sem terra só conseguem se alistar se forem apadrinhados, mas não sendo adeptos do PDS são logo vetados.

"Isto se inicia — prossegue o parlamentar cearense — no próprio critério estabelecido pelo governo do Estado. A criação e destinação das vagas para os municípios não decorrem de um planejamento a partir do levantamento das necessidades, mas da força e do prestígio que os políticos têm junto ao governador. As obras realizadas não são obras públicas. Nem comunitárias. São construídas em propriedades privadas e de pessoas de prestígio junto aos chefes políticos. Estes supervalorizam suas terras sem o dispêndio de um centavo, com o dinheiro do povo, o suor e o sangue, as lágrimas e a morte de muitos camponeses.

"Nas frentes de serviço, dirigidas por batalhões do Exército, os camponeses são vítimas de outro tipo de sofrimento, o regime autoritário que os militares tentam impor aos que lá trabalham, administrando como se estivessem no quartel. É isto, sem dúvida, que mais gera revolta, porque o camponês se sente humilhado pelo tipo de serviço e salário que recebe e, acima disto, tem que receber a humilhação a que não está acostumado. Foi por esta e outras razões, inclusive o trabalho forçado de mulheres e crianças, que o capitão Medeiros, chefe das frentes de serviço de Tauá e Parambu, determinou a suspensão do trabalho nos dias de visita dos parlamentares" — conclui Iranildo Pereira.

Guedes: "Reforma agrária para valer seria o primeiro passo para o Nordeste"

Já o deputado Luis Guedes, que já trabalhou como ceramista numa indústria no Cariri, observou: "Muitos tentam mostrar o Nordeste e, no caso, o Ceará como inviável. Tentam apresentar os camponeses como coitados e todo o caos instalado na região como um caso sem jeito. Esta tentativa visa de fato esconder que, se a seca decorre do clima, os efeitos da seca, o rastro de miséria e de fome para os trabalhadores que ela deixa, o contraste chocante entre a opulência de poucos e a desgraça da grande maioria dos sertanejos são conseqüência de uma política inconseqüente, são resultados de uma estrutura econômica e social anacrônica e apodrecida, são fruto do sistema latifundiário.

"Uma reforma agrária para valer seria o primeiro passo para começar a resolver de vez as chagas do Nordeste. Isto, naturalmente, não quer dizer que não devemos buscar medidas imediatas. Os trabalhadores rurais têm dezenas de sugestões já apresentadas. O que ocorre é que suas tentativas de resolver os problemas são seguidamente reprimidas pelos poderosos locais e pelos governantes. Só como exemplo, cito o caso da expulsão dos vazanteiros do Açude Broco, em Tauá, com destruição de roças e derrubada de casas. Os latifundiários, mesmo indenizados pelo Estado, teimam em querer cobrar renda de 25% dos vazanteiros" — diz Guedes.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois